



# Anais da Assembléia

Nº 172 -

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. • SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 122.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1993  
(SEGUNDA-FEIRA)

Curitiba, segunda, em 06.12.93

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Júlio Bifon e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, João Preis e José Arthur Ritti (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 112/93

Curitiba, 03 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação des-

sa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de janeiro de 1994, na forma das tabelas que o integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe, assim como a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado e, também, autorizar o Poder Executivo, através de Decreto baixado pelo Governador do Estado, a mudar a nomenclatura dos cargos que compõem o Quadro Geral do Estado, na forma que especifica.

A medida constante do Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição demonstra o grande esforço e a constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (Art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de Governo, obedecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com o funcionalismo do Estado do Paraná. A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi encaminhada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo Plano de Lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam reajustados, a partir de 01 de janeiro de 1994, na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados, a partir de 01 de janeiro de 1994, em 70% (setenta por cento).

Art. 3º - A remuneração mensal de Secretário de Estado fica fixada em CR\$ 532.634,22 (quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro cruzeiros reais e vinte centavos), sendo CR\$ 226.366,60 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e seis cruzeiros reais e sessenta centavos) de vencimento básico e CR\$ 306.267,62 (trezentos e seis mil, duzentos e sessenta e sete cruzeiros reais e sessenta e dois centavos) de gratificação especial pelo exercício do cargo.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros reais) e o valor das Pensões Especiais para CR\$ 35.952,81 (trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois cruzeiros reais e oitenta e um centavos).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para CR\$ 2.268,91 (dois mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros reais e noventa e um centavos).

Art. 6º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em CR\$ 364,15 (trezentos e sessenta e quatro cruzeiros reais e quinze centavos).

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mudar a nomenclatura dos cargos que compõem o Quadro Geral do Estado, desde que essa mudança não altere o Padrão e o Nível de Vencimento, nem implique em aumento de despesa.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1994, ficando revogado o inciso VIII, do artigo 172 e o artigo 178, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e demais disposições em contrário.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Trata o presente anteprojeto de lei de reajuste salarial a ser concedido aos servidores do Poder Executivo, no mês de ja-

neiro de 1994.

A concessão do reajuste ora proposto está de acordo com as disposições constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas líquidas correntes, e do dispositivo que determina o pagamento dos servidores até o último dia do mês.

O anteprojeto de lei contempla o funcionalismo em geral, com o índice de reajuste de 70% (setenta por cento), a partir de 01 de janeiro de 1994.

Aos integrantes do magistério público estadual de 1º e 2º graus o reajuste proposto é da ordem de 80% (oitenta por cento), como forma de se dar tratamento diferenciado e prioritário, tanto quanto possível, ao ensino fundamental.

Estabelece, ainda, a presente proposta, a remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, bem como os valores reajustados do salário-família, das Pensões Especiais, das Gratificações de Representação de Gabinete e de Produtividade, aplicando aos mesmos 70% (setenta por cento) de reajuste.

A gratificação pelo exercício de encargos especiais referida no inciso VIII, do artigo 172 da Lei nº 6.174/70 (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná) segundo disposto no artigo 178 da mesma Lei se destina aos servidores aos quais se atribui encargos de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo e outros definidos em lei ou regulamento.

Ora, está se generalizando, indevida e abusivamente, a concessão desse tipo de gratificação (encargos especiais) a todos servidores públicos de outros poderes, numa flagrante burla à natureza desse assessoramento especial, direto e eventual a determinadas categorias de servidores.

Por tais razões se propõe a supressão das disposições retro citadas, postas no Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná, único meio de se evitar tais liberalidades.

Até 21 de dezembro de 1992, o Poder Executivo convivia com dois regimes jurídicos, um de natureza estatutária e outro de natureza contratual. Desta forma, necessário era a convivência, também, de um rol de cargos públicos e um de empregos públicos, com idênticas atribuições e remuneração, porém com diferente nomenclatura.

Com o advento da Lei nº 10.219/92 que institui o regime jurídico único e transformu os empregos em cargos públicos há necessidade da padronização e unificação dos cargos.

Para tanto, é que propõe medida autorizatória, visando as devidas adequações, sem que haja, contudo, alterações de atribuições e de vencimentos.

VIGILANCIA JANEIRO DE 1994 TABELA XV				
QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS				
C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE
MEDICO LEGISTA	134,174.39	124,235.55	115,032.93	106,511.98
PERITO CRIMINAL	134,174.39	124,235.55	115,032.93	106,511.98
QUIMICO LEGAL	134,174.39	124,235.55	115,032.93	106,511.98
TOXICOLOGISTA	134,174.39	124,235.55	115,032.93	106,511.98

VIGILANCIA JANEIRO DE 1994

TABELA XVI

QUADRO DA POLICIA CIVIL

C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE	15a CLASSL
ESCRIVAO DE POLICIA	54,974.46	50,902.29	47,131.75	43,640.51	-
INVESTIGADOR DE POLICIA					39,673.20
DACTILOSCOPISTA	45,812.09	43,630.57	41,552.92	39,574.21	-
TECNICO TELEC. POLICIAL					
TECNICO MANUT. POLICIAL	41,121.42	39,163.26	37,298.34	35,522.23	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	35,449.49	33,761.42	32,153.73	30,622.61	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.					
AUXILIAR MANUT. POLICIAL					
AUXILIAR DE NECROPSIA					
PERITO POLICIAL	68,787.41				
COMISSARIO	74,525.91				

VIGENCIA JAN/JUN DE 1994

TABELA XVII  
QUADRO DA POLICIA MILITAR

## FUNCAO DE NIVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUACAO	S O L D O
CORONEL	151,103.02
TENENTE-CORONEL	135,992.69
MAJOR	128,547.37

## FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR

CAPITAO	107,177.16
1o. TENENTE	94,642.54
2o. TENENTE	81,999.18
ASP. A OFICIAL	68,251.26

## FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO

ALUNO DE 3o. ANO	43,590.48
ALUNO DE 2o. ANO	38,577.61
ALUNO DE 1o. ANO	36,398.04

## FUNCAO DE NIVEL TECNICO

SUBTENENTE	44,334.81
1o. SARGENTO	42,118.08
2o. SARGENTO	41,050.77
3o. SARGENTO	38,760.15

## FUNCAO DE NIVEL MEDIO

CABO	36,611.68
SOLDADO 1a. CLASSE	35,423.00
SOLDADO 2a. CLASSE	29,224.07

*Luiz Gastão*  
Secretário de Estado

TABELA XVIII

TABELA DE PROCURADOR DE ESTADO  
VIGENCIA: JANEIRO DE 1994

PROCURADOR DE 1A. CLASSE	187,407.71
PROCURADOR DE 2A. CLASSE	175,352.26
PROCURADOR DE 3A. CLASSE	157,817.02
PROCURADOR DE 4A. CLASSE	142,035.31
PROCURADOR DE 5A. CLASSE	127,831.81

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA

DELEGADO DE 1A. CLASSE	175,352.26
DELEGADO DE 2A. CLASSE	157,817.02
DELEGADO DE 3A. CLASSE	142,035.31
DELEGADO DE 4A. CLASSE	127,831.81

VIGENCIA: JANEIRO DE 1994		TABELA XX					
PLANO I		ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA					
		PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS					
NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
100	116,991.72	120,806.16	124,765.37	128,868.31	133,122.34	137,532.27	142,106.49
101	120,868.31	133,072.18	137,431.10	141,950.56	146,636.45	151,495.11	156,862.65
102	142,106.49	146,742.21	151,548.91	156,532.64	161,699.89	167,057.66	173,310.83
103	156,862.65	161,979.74	167,285.56	172,786.79	178,490.61	184,404.72	191,644.75
104	173,310.83	178,964.48	184,826.65	190,904.72	197,206.63	203,740.88	211,740.07
105	191,644.75	198,211.86	205,020.88	212,080.70	219,383.61	226,937.99	234,859.97
106	211,740.07	218,647.34	225,809.37	233,235.17	240,934.44	248,917.56	260,251.14
107	234,859.97	239,557.17	244,348.31	249,235.28	254,219.98	259,304.38	264,490.47
108	260,251.14	269,363.13	278,775.92	288,553.44	298,691.12	309,202.32	320,100.78
109	264,490.47	271,102.73	277,880.30	284,827.31	294,796.27	305,114.14	315,793.13
110	320,100.78	323,301.79	326,534.81	329,800.16	333,098.16	336,429.14	339,793.43

VIGENCIA: JANEIRO DE 1994	
FUNCOES GRATIFICADAS	
F.G.	V A L O R
10	135,917.37
9	118,927.70
8	101,938.03
7	84,948.36
6	66,025.20
5	64,020.16
4	58,714.99
3	46,971.99
2	28,746.71
1	19,164.47

VIGENCIA: JANEIRO DE 1994	
CARGOS DE CONFIANCA	
CARGOS CONF.	V A L O R
10	320,100.78
9	264,490.47
8	260,251.14
7	234,859.97
6	211,740.07
5	191,644.75
4	173,310.83
3	156,862.65
2	142,106.49
1	128,860.31

VIGENCIA JANEIRO DE 1994		TABELA XXI					
ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARAMAGUA E ANTONINA - APPA							
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS							
PLANO 2							
NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	61,822.93	64,295.85	66,867.68	69,542.39	72,324.09	75,217.05	78,225.73
202	73,878.40	75,355.97	76,863.09	78,400.35	79,968.36	81,567.73	83,199.00
203	78,225.73	79,790.24	81,386.05	83,013.77	84,674.05	86,367.53	88,094.88
204	83,199.00	84,863.06	86,560.32	88,291.53	90,057.36	91,858.51	93,695.68
205	88,094.88	89,856.78	91,653.91	93,486.99	95,356.73	97,263.86	99,209.14
206	93,695.68	95,569.59	97,480.98	99,430.60	101,419.21	103,447.60	105,516.55
207	99,209.14	101,193.32	103,217.19	105,281.53	107,387.16	109,534.91	111,725.61
208	105,516.55	107,626.88	109,779.42	111,975.01	114,214.51	116,498.80	118,828.77
209	111,725.61	113,960.12	116,239.32	118,564.11	120,935.39	123,354.10	125,821.18
210	118,828.77	121,205.35	123,629.46	126,102.05	128,624.09	131,196.57	133,820.50
211	125,821.18	128,337.60	130,904.35	133,522.44	136,192.89	138,916.75	141,695.00
212	136,449.68	141,411.18	146,501.99	151,925.72	157,546.97	163,376.20	169,389.43
213	151,943.04	157,530.13	163,342.64	169,389.84	175,681.28	182,226.80	189,036.61

VIGENCIA JANEIRO DE 1994		TABELA XXII					
		ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA					
PLANO 3		PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS					
NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	61,822.93	64,295.85	66,867.68	69,542.39	72,324.09	75,217.05	78,225.73
302	72,938.69	74,397.47	75,885.42	77,403.13	78,951.19	80,530.21	82,140.82
303	78,225.73	79,516.45	80,828.48	82,162.15	83,517.82	84,895.87	86,296.65
304	82,140.82	83,496.14	84,873.83	86,274.24	87,697.77	89,144.78	90,615.67
305	86,296.65	87,720.54	89,167.93	90,639.20	92,134.75	93,654.97	95,200.28
306	90,615.67	92,110.83	93,630.66	95,175.56	96,745.96	98,342.27	99,964.92
307	95,200.28	96,771.08	98,367.81	99,990.88	101,640.73	103,317.80	105,022.54
308	99,964.92	101,614.34	103,290.97	104,995.28	106,727.70	108,488.70	110,278.77
309	105,022.54	106,755.41	108,516.88	110,307.41	112,127.48	113,977.58	115,858.21
310	110,278.77	112,098.37	113,947.99	115,828.13	117,749.73	119,694.02	121,792.69
311	115,858.21	118,522.95	121,248.98	124,158.95	127,138.77	130,190.10	133,222.64
312	120,792.69	124,785.76	128,927.15	133,223.01	137,679.32	142,387.95	147,100.99
313	133,222.64	137,677.83	142,298.62	147,091.29	152,062.19	157,265.87	162,565.36

VIGENCIA JANEIRO DE 1994

TABELA X

IA - CARGOS EFETIVOS

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

		I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	A	131,862.15	133,221.56	134,500.96	135,940.36
AGENTE FISCAL 1	B	126,424.54	127,783.94	129,143.35	130,502.76
AGENTE FISCAL 1	A	120,986.92	122,346.33	123,705.73	125,065.12
AGENTE FISCAL 2	C	115,549.33	116,908.73	118,268.12	119,627.48
AGENTE FISCAL 2	B	110,111.69	111,471.10	112,830.50	114,189.89
AGENTE FISCAL 2	A	104,674.08	106,033.48	107,392.89	108,752.26
AGENTE FISCAL 3	C	89,312.66	90,672.10	92,031.56	93,391.01
AGENTE FISCAL 3	B	84,410.80	85,770.26	87,130.72	88,491.18
AGENTE FISCAL 3	A	79,524.95	80,884.40	82,244.86	83,605.31
AGENTE FISCAL 4	D	56,467.49			
AGENTE FISCAL 4	C	52,514.75			
AGENTE FISCAL 4	B	48,562.79			
AGENTE FISCAL 4	A	36,980.58			



## B - CARGOS EM COMISSAO

## CLICRA

DIRETOR	A	169,925.80
INSP. GERAL TRIB	B	159,730.25
INSP. GERAL ARRE	B	159,730.25
INSP. GERAL FISC	B	159,730.25
CHEFE DE ASSESSO	B	159,730.25
CONSULTOR TECNICO	C	151,233.96
ASSISTENTE TECNICO	C	151,233.96
DEL. REGIONAL DE	C	151,233.96
AUXILIAR TECNICO	D	146,136.18

## TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA: JANEIRO DE 1994

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	I	100,499.22
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	I	103,074.26
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	I	97,920.55
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	I	93,024.52
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	I	88,373.29

VIGENCIA: JANEIRO DE 1994 TABELA VII

## QUADRO UNICO - PROFESSOR INQUADRADO

LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	I	58,006.84
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	I	39,550.12
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	I	26,366.75
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	I	43,861.51
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	I	29,905.57
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	I	19,937.05
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	I	36,551.26
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	I	24,921.31
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	I	16,614.21

PROFESSORES CELETISTAS  
VIGENCIA JANIRO DE 1994

TABULA VIII

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	678.44
	LICENCIATURA CURTA	513.00
	INAO LICENCIADO	427.50
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	33,456.53

TABULA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIGENCIA JANIRO DE 1994

NIVEL	VALOR
01	8,467.22
02	8,636.57
03	8,809.30
04	8,985.49
05	9,165.20
06	9,348.50
07	9,535.47
08	9,726.18
09	9,920.70
10	10,119.12
11	10,321.50
12	10,527.93
13	10,738.49
14	10,953.26
15	11,172.32
16	11,395.77
17	11,623.68
18	11,856.16
19	12,093.28
20	12,335.15
21	12,581.85
22	12,833.49
23	13,090.16
24	13,351.96
25	13,619.00
26	13,891.38
27	14,169.21
28	14,452.59
29	14,741.64
30	15,036.47

VIGENCIA JANERO DE 1994

TABELA 111

## CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

## A - CARGOS DE DIRECAO E ACESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1.....	126,481.12
DAS-2.....	111,629.77
DAS-3.....	104,037.51
DAS-4.....	88,961.76
DAS-5.....	81,362.85

## B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	52,506.83
2-C.....	48,492.69
3-C.....	44,763.93
4-C.....	41,347.47
5-C.....	38,866.62
6-C.....	36,534.62
7-C.....	34,342.54
8-C.....	32,201.99
9-C.....	30,345.07
10-C.....	28,524.37
11-C.....	27,098.15
12-C.....	25,743.24
13-C.....	24,456.08
14-C.....	23,233.78
15-C.....	22,071.61

## C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO 1-F.....	3,188.74
2-F.....	2,706.90
3-F.....	2,386.99
4-F.....	1,916.02
5-F.....	1,751.07
6-F.....	1,429.46
7-F.....	1,109.93
8-F.....	958.02
9-F.....	782.17
10-F.....	634.18

VIGILANCIA - JANEIRO DE 1994		TABELA IV			
QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO					
REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	30,346.06	34,897.96	41,877.56	48,159.19	55,383.07
2	31,863.36	36,642.86	43,971.44	50,567.15	58,152.22
3	33,456.53	38,475.01	46,170.01	53,095.51	61,059.83
4	35,129.35	40,398.76	48,478.51	55,750.28	64,112.83
5	36,885.82	42,418.69	50,902.43	58,537.80	67,318.47
6	38,730.11	44,539.63	53,447.55	61,464.69	70,684.39
7	40,666.62	46,766.61	56,119.93	64,537.92	74,218.61
8	42,699.95	49,104.94	58,925.93	67,764.82	77,929.54
9	44,834.95	51,560.19	61,872.22	71,153.06	81,826.02
10	47,076.69	54,138.20	64,965.81	74,710.71	85,917.32
11	49,430.53	56,845.11	68,214.13	78,446.25	90,213.18

VIG. 01/94		TABELA V	
QUADRO UNICO		PROF. S/HABILIT. E PROF. REGIONALISTA	
REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.	
1	30,346.06	30,346.06	
2	31,863.36	31,863.36	
3	33,456.53	33,456.53	
4	35,129.35	35,129.35	
5	36,885.82	36,885.82	
6	38,730.11	38,730.11	
7	40,666.62	40,666.62	
8	42,699.95	42,699.95	
9	44,834.95	44,834.95	
10	47,076.69	47,076.69	
11	49,430.53	49,430.53	

UNIDADE JANEIRO DE 1994

TABELA VI

INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	35,952.81	38,161.52	40,505.92	42,994.34	45,635.64	48,439.20	51,414.99	54,573.60	57,926.25	61,484.87	65,262.11
B	40,504.43	42,992.77	45,633.96	48,437.42	51,413.11	54,571.60	57,924.13	61,482.62	65,259.71	69,268.85	73,524.29
C	45,632.29	48,435.65	51,411.22	54,569.60	57,922.01	61,480.36	65,257.32	69,266.31	73,521.59	78,038.29	82,832.47
D	51,409.34	54,567.60	57,919.88	61,478.11	65,254.93	69,263.78	73,518.90	78,035.43	82,829.43	87,917.93	93,319.06
E	57,917.74	61,475.83	65,252.51	69,261.21	73,516.17	78,032.54	82,826.35	87,914.68	93,315.59	99,048.30	105,133.20
F	65,250.12	69,258.68	73,513.40	78,029.68	82,823.32	87,911.46	93,312.17	99,044.67	105,129.35	111,587.82	118,443.07
G	101,384.56	171,299.00	181,822.50	192,992.52	204,848.73	217,433.33	230,791.03	244,969.36	260,018.71	275,992.59	292,947.80
H	121,053.42	128,474.25	136,360.88	144,744.39	153,636.55	163,075.00	173,093.28	183,727.02	195,014.03	206,994.44	219,710.87
I	80,692.28	85,649.50	90,911.25	96,496.26	102,424.37	108,716.67	115,395.52	122,484.68	130,009.36	137,996.29	146,473.91
J	101,384.56	171,299.00	181,822.50	192,992.52	204,848.73	217,433.33	230,791.03	244,969.36	260,018.71	275,992.59	292,947.80

TABELA DE QUALIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
OKA-OK	335,013.25	309,538.26	296,000.44	264,252.44	244,158.22	225,592.00	208,437.60	192,587.64	177,942.92	164,411.82	151,909.69	140,358.22	129,685.12	119,823.63	110,712.
OK	167,586.63	154,769.13	143,000.22	132,126.22	122,079.11	112,796.00	104,218.80	96,293.82	88,971.46	82,285.91	75,954.85	70,179.11	64,842.56	59,911.81	55,356.

TABELA IX  
SALÁRIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

DESCRIÇÃO DO CARGO	T-00	REGIME	T-34(1)	REGIME	T-28(2)	REGIME	T-24	REGIME	T-20	REGIME	T-12	REGIME	T-10	REGIME	T-09
IP01 PROF. AUXILIAR N.1	179,616.49	149,680.41	127,228.35	104,776.29	89,808.25	74,840.21	44,904.12	37,420.10	33,678.09						
IP02 PROF. AUXILIAR N.2	185,004.99	154,170.82	131,045.20	107,919.38	92,502.49	77,085.41	46,251.25	38,542.71	34,688.44						
IP03 PROF. AUXILIAR N.3	190,555.14	158,795.95	134,976.55	111,157.16	95,277.57	79,397.97	47,638.78	39,698.99	35,729.09						
IP04 PROF. AUXILIAR N.4	196,271.79	163,539.83	139,025.85	114,491.88	98,135.90	81,779.91	49,067.95	40,889.96	36,800.96						
IP05 PROF. ASSISTENTE N.1	236,428.99	197,024.17	167,470.54	137,916.91	118,214.50	98,512.08	59,107.25	49,256.04	44,330.44						
IP06 PROF. ASSISTENTE N.2	243,521.86	202,934.89	172,494.65	142,054.42	121,760.93	101,467.44	60,880.47	50,733.72	45,660.35						
IP07 PROF. ASSISTENTE N.3	250,827.52	209,022.94	177,669.49	146,316.05	125,413.76	104,511.47	62,706.88	52,535.73	47,030.16						
IP08 PROF. ASSISTENTE N.4	258,352.35	215,293.63	182,999.58	150,705.53	129,176.17	107,646.81	64,588.09	53,823.41	48,441.86						
IP09 PROF. ADJUNTO N.1	275,145.25	229,287.71	194,894.55	160,501.39	137,572.62	114,643.85	68,786.31	57,321.93	51,509.73						
IP10 PROF. ADJUNTO N.2	283,399.60	236,166.34	200,741.39	165,316.44	141,699.80	118,083.17	70,849.90	59,041.58	53,137.43						
IP11 PROF. ADJUNTO N.3	291,901.59	243,251.33	206,763.63	170,275.93	145,950.80	121,625.66	72,975.40	60,812.83	54,731.53						
IP12 PROF. ADJUNTO N.4	300,458.64	250,348.87	212,966.54	175,384.21	150,329.32	129,274.43	75,164.66	62,637.22	56,373.50						
IP13 PROF. TITULAR N.1	321,704.74	268,087.29	227,874.19	187,601.10	169,852.37	134,043.64	80,426.18	67,021.82	60,319.64						
IP14 PROF. TITULAR N.2	331,355.88	276,129.91	234,710.42	193,296.93	165,677.94	138,064.95	82,838.97	69,032.48	62,129.23						
IP15 PROF. TITULAR N.3	341,298.56	284,413.81	241,751.73	199,089.66	170,648.28	142,206.90	85,324.14	71,103.45	63,993.10						
IP16 PROF. TITULAR N.4	351,535.46	292,946.22	249,004.28	205,062.35	175,767.73	146,473.11	87,883.86	73,236.55	65,912.90						

TABELA XI

PILOTOS

DESCRIÇÃO DO CARGO	T-00	REGIME	T-34(1)	REGIME	T-28(2)	REGIME	T-24	REGIME	T-20	REGIME	T-12	REGIME	T-10	REGIME	T-09
IP01 PROF. AUXILIAR N.1	179,616.49	149,680.41	127,228.35	104,776.29	89,808.25	74,840.21	44,904.12	37,420.10	33,678.09						
IP02 PROF. AUXILIAR N.2	185,004.99	154,170.82	131,045.20	107,919.38	92,502.49	77,085.41	46,251.25	38,542.71	34,688.44						
IP03 PROF. AUXILIAR N.3	190,555.14	158,795.95	134,976.55	111,157.16	95,277.57	79,397.97	47,638.78	39,698.99	35,729.09						
IP04 PROF. AUXILIAR N.4	196,271.79	163,539.83	139,025.85	114,491.88	98,135.90	81,779.91	49,067.95	40,889.96	36,800.96						
IP05 PROF. ASSISTENTE N.1	236,428.99	197,024.17	167,470.54	137,916.91	118,214.50	98,512.08	59,107.25	49,256.04	44,330.44						
IP06 PROF. ASSISTENTE N.2	243,521.86	202,934.89	172,494.65	142,054.42	121,760.93	101,467.44	60,880.47	50,733.72	45,660.35						
IP07 PROF. ASSISTENTE N.3	250,827.52	209,022.94	177,669.49	146,316.05	125,413.76	104,511.47	62,706.88	52,535.73	47,030.16						
IP08 PROF. ASSISTENTE N.4	258,352.35	215,293.63	182,999.58	150,705.53	129,176.17	107,646.81	64,588.09	53,823.41	48,441.86						
IP09 PROF. ADJUNTO N.1	275,145.25	229,287.71	194,894.55	160,501.39	137,572.62	114,643.85	68,786.31	57,321.93	51,509.73						
IP10 PROF. ADJUNTO N.2	283,399.60	236,166.34	200,741.39	165,316.44	141,699.80	118,083.17	70,849.90	59,041.58	53,137.43						
IP11 PROF. ADJUNTO N.3	291,901.59	243,251.33	206,763.63	170,275.93	145,950.80	121,625.66	72,975.40	60,812.83	54,731.53						
IP12 PROF. ADJUNTO N.4	300,458.64	250,348.87	212,966.54	175,384.21	150,329.32	129,274.43	75,164.66	62,637.22	56,373.50						
IP13 PROF. TITULAR N.1	321,704.74	268,087.29	227,874.19	187,601.10	169,852.37	134,043.64	80,426.18	67,021.82	60,319.64						
IP14 PROF. TITULAR N.2	331,355.88	276,129.91	234,710.42	193,296.93	165,677.94	138,064.95	82,838.97	69,032.48	62,129.23						
IP15 PROF. TITULAR N.3	341,298.56	284,413.81	241,751.73	199,089.66	170,648.28	142,206.90	85,324.14	71,103.45	63,993.10						
IP16 PROF. TITULAR N.4	351,535.46	292,946.22	249,004.28	205,062.35	175,767.73	146,473.11	87,883.86	73,236.55	65,912.90						

CLASSE	VALOR DE HORA/	VALOR DE HORA/
	VALOR DIURNO	VALOR NOTURNO
A, B e C	3,020.36	4,619.37
D	1,510.16	3,192.69

VIGÊNCIA: JANEIRO DE 1994

TABELA XIII

## TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIRA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	111.456,83	115.915,10	120.551,71	125.373,77	130.388,72	135.604,27	141.028,44	146.669,58	152.536,37	158.637,82	164.983,33
3	129.289,92	134.661,52	139.839,98	145.433,58	151.250,92	157.300,96	163.593,00	170.136,72	176.942,18	184.019,87	191.380,67
C	149.976,31	155.975,36	162.214,37	168.702,95	175.451,07	182.469,11	189.767,87	197.358,59	205.252,93	213.463,05	222.001,57

## TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN/P26	695,20	729,96	766,46	804,78	845,02	887,27	931,63	978,21	1.027,12	1.078,48	1.132,40
PALE 308	868,99	912,44	958,06	1.005,96	1.056,26	1.109,07	1.164,53	1.222,75	1.283,89	1.348,09	1.415,49

VIGÊNCIA: JANEIRO DE 1994

TABELA XIV

## TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	111.456,83	115.915,10	120.551,71	125.373,77	130.388,72	135.604,27	141.028,44	146.669,58	152.536,37	158.637,82	164.983,33
B	149.976,31	155.975,36	162.214,37	168.702,95	175.451,07	182.469,11	189.767,87	197.358,59	205.252,93	213.463,05	222.001,57

VIGENCIA JANEIRO DE 1994											
TABELA 1											
PODER EXECUTIVO - GABARDO GERAL											
A) VENCIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS											
PAGADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	35,752.81	37,398.92	38,886.56	40,442.82	42,059.78	43,742.09	45,491.77	47,311.44	49,203.98	51,172.85	53,218.94
B	39,548.89	41,138.81	42,775.21	44,486.32	46,265.67	48,116.38	50,040.95	52,042.59	54,124.29	56,289.26	58,540.83
C	43,582.98	45,243.81	47,052.73	48,934.84	50,892.24	52,927.93	55,045.84	57,246.84	59,536.72	61,918.19	64,394.91
D	47,853.19	49,767.31	51,758.81	53,826.33	55,981.46	58,228.72	60,569.55	62,971.53	65,440.39	68,118.81	70,834.41
E	52,368.58	54,744.84	56,933.88	59,211.15	61,579.68	64,042.78	66,604.49	69,268.67	72,039.42	74,921.88	77,917.84
F	57,140.25	59,818.44	62,627.18	65,532.27	68,537.56	70,647.86	72,864.94	75,195.54	79,243.36	82,413.18	85,709.62
G	62,154.77	65,057.76	68,098.87	70,856.88	73,934.32	80,127.53	86,452.63	89,918.74	93,547.17	97,247.45	101,132.35
H	64,722.71	68,111.63	71,636.89	75,381.53	79,113.68	83,078.14	87,201.27	111,489.32	115,948.89	120,586.84	125,418.32
I-III	146,889.13	154,553.49	160,735.63	167,165.86	173,851.66	180,885.73	188,037.96	195,559.48	203,381.85	211,517.13	219,977.81
I-II	171,494.94	178,254.73	185,488.92	192,988.48	200,624.82	208,649.81	216,995.88	225,675.84	234,782.66	244,098.77	253,854.48
I-I	197,985.16	205,821.36	214,054.22	222,616.38	231,521.84	240,781.88	250,413.16	260,429.68	270,846.87	281,688.75	292,947.97
B) VENCIMENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS											
PAGADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	26,984.61	28,042.19	29,164.92	30,331.51	31,544.77	32,806.57	34,118.83	35,483.58	36,902.92	38,379.84	39,914.28
B	29,661.87	30,847.51	32,081.41	33,364.67	34,699.25	36,087.22	37,530.71	39,031.94	40,593.22	42,216.95	43,905.62
C	32,627.17	33,932.26	35,289.55	36,701.13	38,169.18	39,695.94	41,283.78	42,935.13	44,652.54	46,438.64	48,296.19
D	35,889.89	37,325.49	38,818.58	40,371.24	41,986.89	43,665.54	45,412.16	47,228.65	49,117.79	51,082.58	53,125.88
E	39,478.87	41,058.83	42,708.35	44,408.36	46,164.78	48,032.89	49,953.37	51,951.51	54,029.57	56,198.75	58,438.38
F	43,426.76	45,163.83	46,978.39	48,849.28	50,803.17	52,835.38	54,948.71	57,144.66	59,432.52	61,809.82	64,282.22
G	51,243.58	53,293.32	55,425.85	57,642.86	59,947.74	62,345.65	64,839.47	67,433.85	70,138.38	72,935.59	75,853.81
H	63,542.84	66,083.72	68,727.87	71,476.15	74,335.28	77,308.68	80,400.95	83,616.99	86,961.67	90,448.13	94,057.74
I-III	111,456.85	115,915.12	120,551.73	125,373.79	130,388.75	135,604.38	141,028.47	146,669.61	152,534.39	158,637.85	164,983.36
I-II	128,621.28	133,766.85	139,116.89	144,681.36	150,468.51	156,487.36	162,746.85	169,256.73	176,027.88	183,068.88	190,399.88
I-I	148,428.87	154,366.82	160,548.66	166,982.29	173,688.78	180,586.41	187,889.87	195,322.26	203,135.15	211,288.56	219,718.98
C) VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS											
PAGADOR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
I-III	111,456.85	115,915.12	120,551.73	125,373.79	130,388.75	135,604.38	141,028.47	146,669.61	152,534.39	158,637.85	164,983.36
I-II	128,621.28	133,766.85	139,116.89	144,681.36	150,468.51	156,487.36	162,746.85	169,256.73	176,027.88	183,068.88	190,399.88
I-I	148,428.87	154,366.82	160,548.66	166,982.29	173,688.78	180,586.41	187,889.87	195,322.26	203,135.15	211,288.56	219,718.98



Ofício:

RENATO ADUR - Líder do PMDB

OFÍCIO N° 103/93.

Senhor Presidente.

Com a presente e tendo em vista a exigência da minha presença no Interior do Estado, venho apresentar justificativa pela ausência em Plenário, no período de 06 a 09 vindouro.

Ao ensejo apresento-lhe meus protestos de consideração e estima.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 439/93, de sua autoria, que autoriza a implantação de Programa de Emergência de Combate à Fome no Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 4844

Senhor Presidente.

As lideranças partidárias, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM:

1° - Retirada das propostas 061/93 e 084/93, itens 1 e 2 da Ordem do Dia de hoje.

2° - Encaminhamento à Comissão Especial, para reestudo das mesmas.

3° - Fusão das proposições 061/93 - 084/93.

4° - Reinclusão das referidas na Ordem do Dia de 3.ª-feira, dia 07 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(aa) NELSON GARCIA - Líder do PFL

JOÃO IENSEN - Líder do PTB

PAULO MAIA - Líder do PDT

CÍDIO CONSTANTINO - Líder do PT

REQUERIMENTO N° 4830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão votos de pesar pelo falecimento do Doutor José Antunes Mendes, ocorrido no dia 03 de dezembro próximo passado, em Ponta Grossa.

Nascido em 21.04.1925 o Doutor José Antunes Mendes, deixa viúva a Senhora Linda de Castro Mendes; os filhos Joslene de Castro Aloes, casada com Gilmar e Joslei de Castro Mendes, casado com Lurdes; deixa, também, 04 netos.

O Doutor José Antunes Mendes foi vereador por duas legislaturas e, atualmente, era dentista da Polícia Militar em Ponta Grossa, profissão essa que sempre desempenhou com competência, dedicação e amor.

Com seu falecimento fica uma imensa lacuna no coração, não só de seus familiares, colegas e pacientes, como também, de todos os seus amigos e conhecidos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar à viúva Senhora Linda de Castro Mendes, no seguinte endereço: Rua do Rosário, 27, 84010.150 - Ponta Grossa/Pr.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 4831

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão votos de pesar pelo falecimento do Doutor João Vargas de Oliveira, ocorrido no dia 05.12.93, decorrente de problemas no coração, no hospital Bom Jesus, na Cidade de Ponta Grossa.

Pontagrossense, nascido a 15 de outubro de 1908, o Doutor João Vargas de Oliveira era filho do Senhor Antonio Justiniano de Oliveira e da Senhora Constança Vargas de Oliveira.

Cursou o primário e o secundário em Ponta Grossa; e o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em Curitiba.

Em 1947 foi eleito Prefeito de Ponta Grossa, onde muito trabalhou para solucionar os problemas do município, ao mesmo tempo em que procurava realizar melhoramentos que embelezassem a aprazível cidade das íngremes ladeiras.

Satisfeitos, os seus munícipes sufragaram-lhe o nome no pleito de 03 de ou-

tubro de 1950, para Deputado Estadual. (1951 a 1954). Mereceu ser eleito por mais duas legislaturas (1955 a 1958 - suplente e 1959 a 1963), e no fim, novamente teve seu nome consagrado nas urnas, agora, para Deputado Federal, cargo que exerceu por duas legislaturas.

Como Deputado Estadual ocupou a 1ª Secretaria do Legislativo.

Político de envergadura, ainda exerceu o cargo de Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Foi o fundador e diretor-presidente do Grupo João Vargas de Oliveira.

João Vargas de Oliveira deixa viúva a Senhora Argentina e os filhos Irajá, Irapuã e João.

O tempo e a distância jamais apagarão a lembrança daquele que soube conquistar nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar à viúva Senhora Argentina, no seguinte endereço: Rua Santana, 695 - aptº 04, CEP 84010.320 - Ponta Grossa/Pr.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

ERONDY SILVÉRIO

ANIBAL KHURY

BÁSILIO ZANUSO

JÚLIO BIFON

#### REQUERIMENTO Nº 4836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão votos de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Liberata Grande Bail, ocorrido no dia 30 de novembro próximo passado, em Ponta Grossa.

Nascida em 25.03.1917, a Senhora Maria Liberata Grande Bail era viúva do saudoso Senhor José Bail.

Com seu falecimento a Senhora Maria Liberata deixa uma enorme lacuna no coração de seus 04 filhos: Sidney, casado com Amélia, Nivaldo casado com Alindarci, Ilor casado com Carmem Cecília e Altayr casado com Soeli do Rocio, de seus sete (07) netos, como também, no coração de seus amigos e conhecidos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, encaminhando votos de profundo pesar, no seguinte endereço: Rua Frederico Balhs, 112 - aptº 19 - Ponta Grossa/Pr.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO Nº 4845

Curitiba, segunda, em 06.12.93

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Vargas de Oliveira, ocorrida em 05 de dezembro (domingo), em Ponta Grossa.

O extinto, que estava com 85 anos de idade, era casado com a Senhora Argentina Vargas de Oliveira e tinha três filhos, Iracema, Irapuã e João. Foi Prefeito de Ponta Grossa no período de 1947 a 1951, tendo sido Deputado Estadual por três legislaturas e Deputado Federal por duas vezes. Ocupou, também, com brilhantismo, o posto de Secretário de Estado da Agricultura do Paraná.

Além de grande homem público, sempre preocupado com os problemas da região dos Campos Gerais, foi grande empresário, tendo sido fundador e diretor-presidente do Grupo João Vargas de Oliveira, grande empreendimento financeiro e comercial de Ponta Grossa.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja levada ao conhecimento da família enlutada, através de correspondência encaminhada para as empresas João Vargas de Oliveira.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 4848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, pelo falecimento do jovem Jair Silveira, 23 anos, ocorrido no último dia 05 de dezembro de 1993, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A fatalidade não escolhe lugar para acontecer. Assim é o mundo. Nessa trajetória terrena, sente-se a cada instante um novo episódio, onde o destino mostra sua força aos seres humanos, não escolhendo hora e tampouco lugar.

Uma tristeza, uma lacuna, enfim cognomes diferentes para trazer no dia a dia, suas imensas consequências, onde atinge os lares das famílias. Curitiba, perdeu mais um ser humano, criando um clima de intranquilidade. A Cidade das Comunicações deixou de ter mais um funcionário. Os companheiros choram a morte do cinegrafista Jair Silveira, cujo falecimento deu-se na madrugada do dia 05. Uma tragédia, difícil de ser explicada com muitos detalhes.

Nesse sentido, solicitamos um voto de pesar, pelo falecimento do cinegrafista Jair Silveira, que deverá ser remetido a seus familiares, seu pai, Senhor Francisco Rodrigues da Silveira e sua mãe, Filomena

Colaço de Souza Silveira, à Rua Maria Homam Wisniewski, 04 - Vila Sandra - Campo Comprido CEP: 81270-100 - Nesta Capital.

Requeiro ainda que, cópia desse nosso requerimento seja enviado ao Ilustríssimo Senhor Doutor Paulo Cruz Pimentel, à TV - Iguazu, Canal 04, à Rua João Tscharnel, 800 Jardim Mercês - CEP: 80820-010 - Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 4849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Marco Aurélio de Moraes Sarmento, Mui Digno Capitão da Polícia Militar do Estado do Paraná, ocorrido no último dia 04 de dezembro de 1993, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A tristeza profunda domina aqueles que integram a Polícia Militar do Estado do Paraná. São saudades, recordadas das aventuras da caserna, dos serviços prestados à Comunidade.

Um elo imenso de atividades, já que a família Sarmento conquistou seu espaço nesta Corporação, através dos anos, e com isso adquiriu um respeito e admiração da grande maioria dos seus integrantes. O companheirismo tem sido um ponto essencial entre as chamadas alas da nossa Polícia Militar, isso faz parte da democracia, a divisão de pensamentos, com o mesmo ideal de servir.

O Capitão Marco Aurélio de Moraes Sarmento tinha um método de ação, um trabalho interessante, idéias avançadas, cujo objetivo era sempre a Corporação Militar e seus atendimentos comunitários. Sua maneira de ser dava-lhe condições de dialogar constantemente com todos os setores. Foi um militar dos mais autênticos, um companheiro leal, um servidor cômico de suas responsabilidades. Será para sempre lembrado.

Assim, solicitamos que seja encaminhado a Senhora Magali Vieira de Moraes Sarmento, e aos seus filhos Muriel K. V. de Moraes Sarmento e Narja K. V. de Moraes Sarmento, na Rua José Ananias Mauad, 200 - Apto. 109 - CEP: 80.210-130 - Bairro Capanema - nesta Capital, nossos votos de pesar.

Requeiro ainda que, cópias desse nosso requerimento seja encaminhado para o Excelentíssimo Senhor Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Digníssimo Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, lamentando o falecimento do Capitão Marco Aurélio de Moraes Sarmento, ocorrido no último dia 04 de dezembro, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 4850

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Apolônia Strapasson Maskio, aos 69 anos de vida, ocorrido nesta Capital. Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a inclusão do Colégio Estadual Dom Pedro II, Ensino de 1° e 2° Grau, do Município de Umuarama, no projeto "Nossa Quadra.

Do aprovado, requer ainda comunicação do Prefeito Municipal José Evangelista de Albuquerque.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município é um componente participativo das diversas festividades e competições esportivas na Região e no Estado, tendo sempre ocupado posição de destaque pelas conquistas alcançadas, quer pela dedicação individual dos seus atletas exemplares, quer pelo fanatismo de sua torcida. Jovens que fazem do esporte uma atividade sadia e que representam grande importância em suas vidas.

A escola em tela, reivindica a construção de uma quadra polivalente, pois abriga mais de novecentos alunos em três turnos de funcionamento e possui um grande potencial de futuros atletas para bem representar o Paraná.

REQUERIMENTO N° 4835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos para a construção de um Posto de Saúde no Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado, requer ainda, comunicação

ao Prefeito Municipal Moisés Mendes Sanches, e ao Presidente da Câmara Municipal, Célio Silva.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cafezal do Sul, recém-desmembrado de Iporã, se encontra com dificuldades para atender os doentes, pois não dispõe de local adequado, tendo que encaminhar para o vizinho município, acarretando aos cofres municipais sérias despesas, e desconforto ao paciente.

REQUERIMENTO N° 4838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a construção de um ginásio de esportes para atender às comunidades de Jardim Alvorada, Bandeirantes, Santa Nilce, Cidade Nova, Ana Elisa, bem como aos conjuntos habitacionais Antilhas, Mundo Novo e Piacentini, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As localidades que pleiteam o benefício são habitadas por famílias de renda média-baixa, e de modo geral, numerosas.

A distância que as separa das atividades desportivas e do lazer proporcionados pelo Poder Municipal constitui-se em fator de desestímulo à prática sadia de exercícios físicos e outras atividades sócio-culturais.

Dessa forma, pedimos o aval dos nobres Pares e posterior atendimento por parte da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social.

REQUERIMENTO N° 4839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de dez salas de aula e de uma cancha de esportes na Escola Manoel Bandeira, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Manoel Bandeira, do Município de Campo Mourão, abriga alunos de várias localidades e conjuntos habitacionais. O espaço físico é incompatível com o universo estudantil, e necessita rapidamente de ampliação, para poder assegurar as vagas a todas as crianças em idade escolar.

Por outro lado, torna-se cada vez

Curitiba, segunda, em 06.12.93

mais necessária a construção de uma cancha de esportes para a prática de atividades físicas que concorrerão sobremodo para a formação plena dos educandos, pois é sabido que a boa forma física concorre para o bom desempenho intelectual, mental e espiritual do homem.

REQUERIMENTO N° 4840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a construção de um prédio para abrigar o Clube de Mães composto pelas comunidades de Jardim Cidade Nova e dos conjuntos habitacionais Antilhas e Novo Mundo.

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães é uma entidade local, que presta serviços a todas as comunidades que a ele pertencem.

A falta de um local adequado para o desenvolvimento das atividades a que se propõe, dificulta e retarda a execução de programas de grande alcance social.

Portanto, rogamos o assentimento dos nobres Pares, e a posterior aprovação da Secretaria competente.

REQUERIMENTO N° 4841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Homero Morinobu Oguidô, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados a obras de drenagem e desassoreamento em área urbana do Rio Xaxim, no Município de Prudentópolis.

A presente solicitação visa evitar as freqüentes enchentes do Rio Xaxim que nasce dentro da sede do município, e necessita de obras que solucionem os problemas relacionados com as enchentes.

Que essa Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Afonso Júnior,

Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a implantação do Projeto "Nossa Quadra" no Município de Farol.

Farol é um município novo; a comunidade escolar vem registrando um aumento significativo, e o município ainda não dispõe de espaço físico apropriado à prática de educação física escolar, que são ministradas na via pública.

É por demais necessário dotar a escola local de quadra de esportes.

Que essa Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4843

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de unidade escolar na localidade Água da Anta, no Município de Corumbataí do Sul.

A presente solicitação visa oferecer um espaço físico adequado aos alunos residentes na localidade Água da Anta, pois o prédio da escola existente, não possui condições de funcionamento, por encontrar-se em estado precário, sendo necessário a construção de nova escola.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Supremo Tribunal Federal, solicitando que seja mantida a decisão do Senado quanto a perda dos direitos políticos do Senhor Fernando Collor de Mello.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ovídio Constantino e Ernani Pudell.

#### JUSTIFICATIVA:

A razão deste pedido se deve acima de tudo porque o referido senhor, quando ocupava o mais alto cargo do País, ao contrário do que se esperava, desonrou a Presidência da República, envolvendo-se em corrupção.

Quando todos aguardavam um momento de hombridade renunciando ao cargo, manteve-se agarrado ao mesmo e negando suas atividades ilícitas. Veio a renúncia somente após o início do julgamento no Senado.

Solicitamos o envio de tal expediente via fax.

#### REQUERIMENTO N° 4851

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná no sentido de intensificar o policiamento na Vila Pinto, devido aos constantes assaltos que vêm ocorrendo nas proximidades.

O pedido foi feito pelos moradores dos arredores e alegam que ocorrem de 4 a 5 assaltos por dia. Os assaltantes são invasores que moram na Vila Pinto, roubam tênis e bicicletas das crianças à mão armada, deixando todos desesperados. A falta de segurança é total e tiroteios ocorrem diariamente.

Pede-se que o presente pedido seja atendido com urgência, uma vez que toda uma população encontra-se apreensiva e sujeita aos perigos lá existentes.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a implantação de um Posto de Serviço Telefônico - PS, na comunidade de Toca da Onça, Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação deste Posto de Serviço Telefônico beneficiará mais de 80 famílias que residem na comunidade de Toca da Onça e São Cristovão, localizadas a mais de 10 quilômetros da sede do Município de Dois Vizinhos, sendo na sua maioria pequenos produtores, hoje desprovidos de qualquer meio de transporte quando da necessidade de qualquer atividade de cunho comercial ou mesmo quando de ocorrência de qualquer emergência. Salientando-se porém a existência de mais de 10 aviários nestas comunidades, atividade esta que proporciona significativa renda para o município e, por sua vez, para todo o Estado, e estes produtores constantemente necessitam de comunicação com as indústrias integradas.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 727/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibido, em todo o território do Estado do Paraná, o trânsito, armazenamento e utilização das merca-

dorias consideradas "lixo químico", sejam de origem nacional ou internacional, pelo IBAMA.

Art. 2º - Os órgãos vinculados ao Estado no setor de transporte, armazenagem, cabotagem, portuário, saúde e fiscalização, efetuarão as fiscalizações em suas respectivas áreas, comunicando ao IAP todas as irregularidades encontradas, ao qual caberá a execução do cumprimento das penalidades previstas na regulamentação desta lei.

Art. 3º - Trimestralmente, o IAP divulgará aos órgãos citados no art. anterior, a listagem das mercadorias assim consideradas pelo IBAMA.

Art. 4º - As mercadorias já existentes no território do Estado paranaense, deverão ser apreendidas e devolvidas às suas origens sob pena de confisco e incineração.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) RENATO ADUR

Apoio: Toti Colaço, Djalma de Almeida César, Edson Silva Lino, Oswaldo Trevisan, Domingos Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

O Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Rubens Ricúpero trabalha na elaboração de um decreto que proíbe o Brasil de importar resíduos tóxicos, compostos de metais pesados como mercúrio, arsênico, chumbo e cádmio, de países do primeiro mundo. Esse lixo químico provoca contaminações graves tanto em pessoas como no meio ambiente. A proibição já foi adotada em 103 países do terceiro mundo, como Chile, Paraguai, Venezuela, Argentina, além da América Central e da África.

O Brasil ainda está atrasado nesse tipo de prevenção.

O decreto deverá ser formulado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Trinta por cento de todo o lixo produzido nos países industrializados são importados pelo terceiro mundo - grande parte do Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 728/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na

Curitiba, segunda, em 06.12.93

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, criado pela Lei Municipal nº 801 de 28 de junho de 1993, tem a finalidade de despertar a sociedade civil e o poder público para a realidade, necessidade e potencialidade da juventude, visando a conquista do livre exercício de seus direitos.

Criado pela união da juventude de Campo Mourão, juntamente com o Poder Público Municipal, é o primeiro Conselho do gênero do Estado do Paraná.

Assim sendo, peço o devido apoio dos nobres Pares, para aprovação da matéria em epígrafe.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; hoje o Supremo Tribunal Federal julga o recurso do Senhor Fernando Collor de Mello, ex-Presidente da República, e que cassados seus direitos políticos pelo Senado do Brasil, ele recorre junto ao Supremo para ter de volta os seus direitos.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos apresentando um expediente à Mesa e solicitamos o apoio Senhores Deputados, para que este expediente seja aprovado na Sessão de hoje e enviado ao Supremo Tribunal Federal, pedindo para que o Supremo mantenha a decisão já tomada pelo Senado da República.

Por que isto? O Senhor Fernando Collor de Mello, quando ocupava o mais alto cargo de mandatário da República do Brasil, ao contrário do que todo cidadão brasileiro esperava, que seria probidade, honestidade no trato da coisa pública, a transparência, ao contrário de tudo isto, Fernando Collor de Mello foi, no mínimo em várias oportunidades, omissos em relação ao que acontecia no Poder Executivo e no Poder Legislativo, uma vez que o mesmo tem conhecimento dos fatos que hoje vêm a tona no Congresso Nacional. Ele tinha conhecimento dos fatos, porque bastava ele, através do Poder Executivo, fiscalizar aonde estavam sendo investidas as verbas que eram liberadas pelo Poder Executivo.

Portanto, isto foi o mínimo que Collor foi: omissos em relação ao que acontecia no Poder Executivo e no Poder Legislativo, em relação ao desvio de verbas feitas por funcionários, Parlamentares e empreiteiras. E mais: acabou participando, em vá-

rios dos processos irregulares de corrupção que ocorreram em nosso País. Foi um agente corruptor! Não é somente o que ele alega, que desconhecia os fatos, que ele não tomava conhecimento e que a responsabilidade era da assessoria. Vamos ver quem indicou os assessores, que foram todos de confiança dele. Ele, inclusive, chegou a afirmar que aquele Ministério era Ministério para toda sua gestão, para todo o seu período administrativo e não somente por um espaço de tempo curto, quando não seriam trocados, estes assessores. No entanto, estes assessores, estes ministros, eram uma verdadeira quadrilha que estavam saqueando a República Brasileira! Era uma quadrilha que estava roubando praticamente quase que a metade do orçamento da União.

E Fernando Collor participava desta quadrilha! Fernando Collor era um dos mentores, pois teve em PC Farias o seu tesoureiro de campanha.

Por isso, o Senado, naquele momento, agiu corretamente cassando os direitos políticos do Senhor Fernando Collor de Melo. E se ele, que se dizia inocente, porque ele não colaborava, não denunciava quem era o corrupto. Sempre negando e se calando, até que a CPI do Congresso Nacional provou o envolvimento do Presidente em toda a cadeia, em toda a rede de corrupção montada. Ele não colaborou. E só veio a renunciar quando constatou que estava definitivamente cassado. Não renunciando antes, mas sim durante o processo de cassação do Senado da República. Por isso que nós apresentamos esse Requerimento e pedimos apoio aos Senhores Deputados, vamos solicitar em nome desta Casa ao Supremo Tribunal a manutenção das decisões tomadas pelo Senado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Pequeno Expediente Deputado Ernani.

No Grande Expediente Deputado Toti Colação. Antes de usar o Grande Expediente solicito ao 1º Secretário, Júlio Bifon, a leitura da Mensagem que acaba de chegar do Governador do Estado sobre o salário dos funcionários públicos do Estado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Lê a Mensagem 112/93.

Curitiba, 03 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação desta Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de janeiro de 1994, na forma das tabelas que o

integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração e Autárquica do Poder Executivo.

Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe, assim como a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado e, também, autorizar o Poder Executivo, através de Decreto baixado pelo Governador do Estado, a mudar a nomenclatura dos cargos que compõem o Quadro Geral do Estado, na forma que especifica.

A medida constante do Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição demonstra o grande esforço e a constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (Art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de governo, obedecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação as despesas com o funcionalismo do Estado do Paraná. A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi encaminhada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo Plano de Lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Grande Expediente Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, existe um ditado popular que diz que por onde passa um boi passa uma boiada.



E assim estamos vendo se consumir e se realizar este ditado com relação a polêmica venda de ações da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Na condição de Relator deste projeto na Comissão de Constituição e Justiça nós procuramos fazer uma série de indagações ao Governo do Estado sobre o que de fato existe por trás da pretensão de se vender as ações da nossa Companhia de Energia Elétrica.

Todavia, fomos destituídos sumariamente da relatoria do projeto em questão sem que nos fosse dada a oportunidade de nos manifestarmos sobre o assunto.

Eu recebi em mãos um manifesto que resultou de uma discussão do fórum das entidades representativas dos empregados do setor elétrico brasileiro, realizado aqui em Curitiba nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 1993. E eu chamo a atenção aqui dos Senhores que a preocupação dentro do setor, vai de encontro exatamente com as preocupações que nós emanávamos em nosso Parecer.

Diz aqui, alertando sobre a venda de empresas do setor elétrico que pode muito bem ser absorvido ou adaptado para a pretensão do Governo do Estado que pretende vender ações. Neste sentido questionamos os processos de privatização em andamento no setor, particularmente da Light - Serviço de Eletricidade S/A e Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, eivados de irregularidades jurídicas, a começar pela sua avaliação realizada quando ainda não se conhecem as regras futuras que regerão o funcionamento e a relação de serviços de eletricidade com a população. Afinal, como será possível determinar o valor empresarial de bens a serem alienados sem que se tenham definidos a forma e as condições de prestação de serviços futuros?

Isto significa que as ações da Copel serão colocadas à venda no momento mais inoportuno possível, porque neste momento o Congresso Nacional discute a Lei de Licitações de Serviços Públicos, discute alterações na Lei das Sociedades Anônimas de Capital aberto, discute todo o modelo institucional do setor energético e discute-se a política de tarifas do setor elétrico brasileiro.

Isto significa que neste momento as ações destas companhias obviamente têm um preço artificialmente baixo porque as regras sobre a venda de energia, as regras sobre as concessões não estão estabelecidas, estão em debate. Não se sabe efetivamente se o Governo Federal vai manter o controle sobre as tarifas, se essas tarifas ficarão comprimidas. Neste caso o valor, o interesse pelas ações no mercado cai. Por outro lado, se houver uma libera-

ção de preço das tarifas, a tendência natural das concessionárias será de trabalhar com tarifas reais, acima dos custos com lucros e aí o interesse pelas ações da companhia crescerá também. Se houver a possibilidade de uma privatização dos grupos financeiros que não sabem mais o que fazem com o dinheiro que ganham com a inflação, terão uma oportunidade de imobilizar os seus recursos comprando patrimônios de empresas altamente rentáveis, altamente interessantes como a companhia de energia. Ou algum cidadão aqui, imagina, que, no futuro, nós possamos substituir a energia elétrica por alguma outra energia em nossa residência?

Então, esta venda das ações da Copel, neste momento, considero um crime contra o patrimônio público. Infelizmente o discurso da privatização acaba seduzindo até setores que se dizem progressistas, por tantos anos sacrificou os investimentos em educação, em saúde, em bem-estar da população em nome da necessidade de construção de uma infra-estrutura energética para possibilitar o crescimento do País. Tinha alguma empresa privada interesse em gastar ou investir 20 bilhões de dólares para construir Itaipu? Não. Com prazos de retorno de 20, 30 anos? Nenhuma empresa privada tinha interesse. Agora, uma vez construído este capital, construído com sacrifício do povo brasileiro que deixou de receber esses investimentos em outras áreas, agora começa-se a abrir a venda dessas empresas.

Nós temos aqui o exemplo no Paraná do crime que está sendo cometido com a venda das ações que estão em poder das prefeituras municipais, vendidas por até 4,7 o seu valor patrimonial. E o valor patrimonial, diga-se de passagem, nem sequer foi atualizado. Que deve ser, no mínimo, o dobro do valor que hoje está sendo anunciado como sendo o valor dessas ações. E o Governo do Estado caiu no canto da sereia, caiu na conversa dos lobistas de sempre, se associou aos interesses eleitorais daqueles que acham que a máquina pública não passa, na verdade, durante o ano eleitoral, de uma máquina a serviço da manutenção do poder dos pequenos grupos que se apoderaram. E o Governador do Estado se comporta, agora, como um general batendo em retirada que, para não entregar o território conquistado, tendo que se afastar, tendo que recuar, queima tudo que deixa atrás de si.

Assim se comporta o nosso dito progressista - Governador Roberto Requião -, segundo ele, crítico do neoliberalismo, pratica o neoliberalismo na sua pior forma: que é a venda de ações por etapa. Porque agora vende só 40% das ações com direito a voto. No ano que vem, quem sabe, algum Governador banqueiro, ou algum sócio



dos banqueiros passará então a vender mais 11% para assumir o controle da nossa Companhia de Energia Elétrica. E lá vai um patrimônio de 2 bilhões de dólares construído com recursos do Tesouro do Estado, aumentar o lucro das instituições financeiras que "têm ganho pouco" nesse País, realmente, até agora.

O que é mais grave é que a venda das ações da COPEL, pelo projeto original apresentado pelo Governo do Estado, tinha pelo menos uma linha de coerência onde o argumento principal da venda das ações era o de que o Estado manteria o controle acionário e usaria os recursos resultantes da venda das ações para reinvestir no setor, podendo, então, conquistar recursos extras para implantar em programas de ampliação de rede de distribuição, de fornecimento de energia, de construção de hidrelétricas e assim por diante.

Só que agora chega ao nosso conhecimento que já se articulam emendas para que parte destes recursos vão parar em obras do Porto em estradas de ferro, casas populares e assim por diante.

Quem sabe poderíamos incluir kombis, ambulâncias, postos de saúde, recursos para creches fantasmas, quem sabe!

Então vamos escancarar logo de uma vez, vamos acabar com as hipocrisias. Porque o Governador do Estado do Paraná certamente não teve a coragem de colocar na Mensagem original que pretende usar os recursos da venda das ações da Copel para fazer politicagem barata durante o ano eleitoral. E ali ele deixa que os Deputados da Bancada de sustentação façam a emenda para que ele depois diga: "Não, eu não queria; mas os Deputados fizeram e eu não pude fazer nada".

Então ele fará como Pilatos, exatamente a postura de Pilatos. Porque coragem de assumir o projeto original que os recursos da venda das ações da Copel se destinam a embalar caixinhas de campanha ele não teve. Deixará que outros façam o serviço sujo por ele. E pensará ele que estará enganando o povo e que passará para a história como um governante honesto. Está muito enganado! Porque acho que nós poderíamos fazer uma emenda aproveitando que parte dos recursos sejam destinados à aquisição de Jimo Cupim para passar na cara-de-pau de alguns governantes que ainda insistem em fazer discurso de esquerda e que na verdade estão queimando patrimônio público com interesses escusos, imediatistas e eleitoreiros. Eu digo isto, Srs. Deputados, porque quem tem o mínimo de lucidez neste Estado está vendo que o Paraná hoje é um Estado que não tem mais alternativas de crescimento econômico, é um Estado que gastou todos os seus recursos na construção de estradas para favorecer em-

preiteiras. Este Estado hoje tem um milhão e setecentos mil paranaenses passando fome porque não têm emprego. Este Estado tem uma economia agrícola que não consegue mais dar empregos ao nosso povo. Este Estado precisaria de um programa de desenvolvimento econômico e social articulado, e aí sim, quem sabe, poderemos nós numa atitude digna, numa atitude de compromisso com o futuro deste Estado permitir que recursos como estes da nossa companhia de energia pudessem servir para formar uma poupança destinada a implantar programas de desenvolvimento econômico e social no Paraná.

Mas não! Pretende-se queimar esse patrimônio para conquistar dinheiro fácil para gastar nas eleições, para fazer frente - quem sabe - à caixinha de campanha do Zé Vieira. Então precisa vender as ações. Com certeza o Zé Vieira deve estar comprando ações por preço de banana através da sua corretora, neste momento. Senhores Deputados, é lamentável perceber que nós temos no Paraná, infelizmente, uma maioria de uma elite dirigente que não se deu conta do que está acontecendo no nosso País.

A Nação brasileira está indignada com sucessivos escândalos, a Nação brasileira começa a tomar conhecimento das relações existentes entre os grupos políticos dominantes e os interesses econômicos escusos que assaltam o Estado brasileiro e parece que nada disso sensibiliza alguém aqui no Paraná.

Eu quero aqui registrar publicamente o nosso protesto, porque não tem mais ilusões. Eu, particularmente sou sincero em dizer: com muita dor, com muita frustração, não tenho mais ilusão de que esta Casa, algum dia pudesse ter uma atitude corajosa, uma atitude ativa, uma atitude de homens que se comportam como estadistas.

Infelizmente, esta ilusão não tenho mais, mas que fique registrado na História, que o Governador do Estado do Paraná, que não teve a coragem de colocar no projeto original da venda das ações da Copel, de que esse dinheiro vá se destinar à campanha eleitoral, a obras eleitoreiras, fica registrado aqui a denúncia desse Deputado, de que ele pode enganar muitos, durante algum tempo, mas não enganará a todos, o tempo todo. A nós ele não engana e a História irá preservar, talvez, o lugar que ele merece, que é exatamente, o lixo da história para o nosso atual governador do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria registrar a presença dos Vereadores do Município de Teixeira Soares.

Presidente da Câmara dos Vereadores,

João Batista e do Vereador Pedro, que estão na tribuna de honra nesta Casa. A presença dos dois Vereadores é uma honra para todos nós.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - No horário das Lideranças, com a palavra, o PDT. O Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não queremos neste momento, profetizar, mas deixar registrado, porque eu creio que é uma preocupação de todo o Paraná em relação à educação e nós queremos deixar aqui nesse momento registrado e, posteriormente, entraremos com pedido de melhores informações, é nos chegando através da UNESCO e através de uma posição da Associação dos Professores do Paraná, APP Sindicato, no sentido de denunciarem a suas posições contrárias à cobrança de taxas nas escolas públicas do Paraná, quando a Constituição garante a gratuidade do ensino público em toda a rede pública estadual. Não podemos concordar em hipótese alguma. O PDT não fecha com essa questão.

Jogaram essa responsabilidade a nível do Conselho escolar, estão nos chegando informações de que estabeleceu-se um percentual de 10% do salário mínimo nas escolas públicas do Estado, em relação à cobrança de taxas das escolas estaduais. Nós queremos crer que esta Assembléia merecerá uma explicação, um detalhamento a respeito desta autorização a nível de Secretaria de Educação; porque temos certeza que muitos pais não terão condições de pagar estes dez por cento. São assalariados, são trabalhadores que muitas vezes estão desempregados e se sentirão inibidos com a cobrança de qualquer taxa neste sentido. Queremos nesta oportunidade também deixar nossa posição bastante clara e transparente ao Paraná, visto que o PDT nacional tem se posicionado desde as privatizações a nível das empresas nacionais, como a CSN, o Sistema Ultrafértil. E está denunciando, neste momento, uma mobilização nacional que existe, com a tentativa de privatização do sistema energético brasileiro. É um absurdo a tentativa do entreguismo neste País à iniciativa privada. É uma preocupação pedetista nacional que não será diferente a nível de Estado do Paraná. Nos colocamos contra. A nossa Bancada, nesta Casa, também se colocará contra esta privatização branca a nível de Companhia Energética do Paraná, visto que até este momento esta Companhia tem andado com suas pernas, tem dado uma grande demonstração de que com seriedade as coisas públicas também caminham.

A nível nacional o nosso partido tem tomado esta posição contrária também à privatização do sistema energético nacio-

Curitiba, segunda, em 06.12.93

nal. E respaldados fomos na reunião do Diretório Regional do PDT quando lá levantou-se a postura da bancada na primeira votação do projeto de privatização, início de uma privatização branca, no sistema energético nacional. Pairam dúvidas se o programa era previsto e estava dentro das propostas do atual Governo do Paraná, porque deixar para acontecer apenas às vésperas de um ano político, ninguém conseguiu nos convencer do contrário de que não seja esta proposta com fins eleitoreiros.

Dizia que também em outros cantos tem dito o Presidente da Copel que sabe quais são os votos contrários nesta Casa. Mas a questão não é de saber os votos contrários, é de saber que nesta Casa atuamos defendendo os interesses do Paraná e a proposta política do PDT, a nível nacional, somos contrários ao entreguismo, somos contrários à tentativa da venda da soberania nacional, entregando empresas tão competentes, a exemplo de Furnas, de Eletrosul e agora o exemplo da Copel, iniciativa privada. Se interesse havia da iniciativa privada, porque não se propuseram a construir hidrelétricas, a exemplo do que o dinheiro público tem construído.

Se tem interesse, neste momento, de levar o capital do povo às suas iniciativas, por que não se propuseram, antes da venda das ações, a financiar a construção de Salto Caxias a nível nacional? Por que não se propuseram a construir Itaipu? Não se propuseram a entrar no sistema Eletrosul e outros mais? É muito fácil, a exemplo do entreguismo do sistema Ultrafértil, da CSN, quando as coisas estão funcionando bem e as estatais vão caminhando exemplarmente, é muito fácil a iniciativa privada querer entrar também e tomar este capital que é do povo brasileiro.

O PDT do Paraná, através do seu Diretório Regional, através de sua bancada nesta Casa, estará se posicionando, durante todo este processo, contrário à votação de parcela, seja ela qual for, a nível da comercialização, a nível da iniciativa privada, em termos de Copel.

O PDT do Paraná estará defendendo, estará denunciando estas posturas, quem combateu o Governo Federal não pode neste momento vir com a farsa de que aqui a coisa é diferente. Não é diferente, se a Copel até este momento conseguiu sobreviver, conseguiu superar as maiores dificuldades nas instalações de sua usina com capacidade própria, não pode neste momento aceitar que se privatize para se fazer política eleitoreira.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - No Horário das Lideranças o PTB com a palavra.

Declina.

A SRA. EMILIA BELINATI - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, o artigo 50 do Regimento Interno da Casa que trata dos trabalhos das Comissões diz que tem que obedecer a seguinte ordem; leitura, discussão e votação da Ata da Sessão anterior; leitura sumária do expediente; distribuição da matéria aos relatores mediante sorteio e obedecendo rodízio.

Eu quero questionar, aqui, a inclusão na Ordem do Dia dos itens 01 e 02 que dizem respeito à proposta de Emendas à Constituição, porque eu faço parte da Comissão Especial de Reforma à Constituição, fui designada pelo Sr. Presidente da Comissão como relatora da proposta 084, compareci na sessão de instalação, fui, então, nomeada relatora, não fui convocada para nenhuma outra reunião, e hoje consta na Ordem do Dia esses dois Projetos, sem que eu tenha sido convocada, e com um parecer que não é o meu, porque eu fui designada pelo Sr. Presidente como relatora. Então eu quero questionar a inclusão e pedir que os itens 01 e 02 da Ordem do Dia sejam retirados e encaminhados à Comissão Especial para que sejam analisadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 112/93, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reajustar a partir de 01 de janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado

nos termos da Lei nº 9198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 103/93, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária, no período de 06 à 09 do corrente mês em virtude de viagem ao Interior do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Garcia, João Iensen, Paulo Maia, Ovídio Constantino e Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada das Proposições nºs 061/93 e 084/93; Encaminhamento à Comissão Especial, para reestudo das mesmas; Fusão das Proposições 061/93 e 084/93; Reinclusão das referidas na Ordem do Dia de 3ª feira, do corrente mês. Aprovado.

Encaminhando os Projetos 61/93 e 84/93, itens 1 e 2 à Comissão Especial.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. e contrário da C.C.J. e S.P.. Substitutivo Geral da C.F.. Aprovado, artigo por artigo. (Publ. no D.A. nº 157/92, de 05.11.92).



ESTADO DO PARANÁ  
CASA CIVIL


Curitiba, 04.10.93  
Of. ATCC 4764/93

Ref. Protocolos nºs: 1.524.237-0 e 1.517.441-2

Senhor Presidente:

Reportamo-nos aos Ofícios nºs 01 e 03/93-C.S.P. de 18.08.93, mediante os quais Vossa Excelência enviou cópia do Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do Deputado FLORISVALDO FIER, para encaminhar-lhe cópia da Informação e anexos, fornecidos pelo Departamento da Polícia Civil, esclarecendo o assunto.

Cordialmente,

  
Dep. Caio Quintana  
Chefe da Casa Civil

ASSEMBLEIA	LEGISLATIVA PARANÁ
12.10.93	12.10.93
07	10.32
FONCIONARIO	

Anexos

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ALGACI TULIO  
Presidente da Comissão de Segurança Pública  
Assembleia Legislativa do Estado  
N E S T A

srb/efd



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DO ESTADO DO PARANÁ

TÁTICO INTEGRADO DE GRUPOS DE REPRESSÃO ESPECIAL

Do: Delegado Coordenador do TIGRE.

Para: Sr. Delegado Geral do DPC.

Motivo: Informação (FAZ).

Assunto: Uso de artefatos para manobras distrativas em resgate de reféns.

Data: 27 de agosto de 1.993.

Sr. Delegado Geral:

Em atendimento à determinação de V.Exa. informo que esta unidade, dentro do padrão internacional dos grupos de resgate, no uso de meios para manobra distrativa de invasão, ou entrada explosiva (conforme nomenclatura técnica), utiliza artefatos químicos similares ao usado no controle de tumultos. Apenas que, sendo atividade diversa daquela, de competência exclusiva das Polícias Militares, o resgate de reféns utiliza os meios para distração dos elementos envolvidos em crimes com existência de reféns, salientando-se que tais artefatos são indispensáveis (dentro da doutrina de "SWATs") nas ações em questão realizadas por policiais treinados, em situações que não expõe criminosos ou reféns a riscos desnecessários, sendo apenas elemento distrativo para uma entrada de risco), onde a negociação não resulta positiva.

Entendemos como correta a preocupação do legislador em questão, entretanto lamentamos seu desconhecimento quanto à competência das polícias brasileiras, sendo que a unidade policial civil de resgate de reféns, com competência exclusiva, nos termos do Decreto nº 7397, de 30.10.90, é o Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial - TIGRE, a qual em todas as suas ações de resgate, em roubo ou sequestro, nunca teve qualquer acidente, tendo recuperado ilesas todas as vítimas.

Assim, conforme a doutrina internacional preponderante o uso de artefatos desta natureza, como meio de manobra distrativa em ações de resgate de reféns, é cabível e indispensável, não deve ser confundida com outras atividades policiais, em especial, às com o caráter militar de controle de tumultos.



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
ASSESSORIA DE GABINETE

PROTOCOLO - 1.517.441-2  
INTERESSADO - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
ASSUNTO - Projeto de Lei nº 198/92

#### HISTÓRICO

1 - O ilustre Deputado Estadual sr. Algaci Túlio, Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública, através do Ofício nº 03/93 encaminhou a este Departamento o projeto de lei nº 198/92 de iniciativa do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) que objetiva proibir a utilização de artefato de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas privadas.

2 - O projeto em seu Art. 1º estabelece norma proibitiva, impedindo que os integrantes da Polícia Civil e Militar utilizem artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral em treinamentos ou operações em todo território estadual. Secundariamente, aos infratores ou co-responsáveis estabelece sanção disciplinar de "suspensão por 30 (trinta) dias, sem remuneração", e, em caso de reincidência, "desligamento do policial civil ou militar".



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DO ESTADO DO PARANÁ

TÁTICO INTEGRADO DE GRUPOS DE REPRESSÃO ESPECIAL

Finalmente, a esclarecer que nos tres anos existência desta unidade policial civil, houve preponderância de cargas explosivas de luz e som, as quais causam como resultado um grande ruído e acendimento de flash luminoso capaz de privar a visão por alguns segundos.

Respeitosamente, é a informação.

Adauto Abreu de Oliveira  
DELEGADO DE POLÍCIA  
Coordenador/TIGRE  
R.G. nº 742.209



O mesmo ato legislativo, justificado pelos fatos ocorridos no dia 30 de agosto de 1988, durante a manifestação dos professores estaduais no Centro Cívico de Curitiba e pelo trágico acidente do dia 14 de setembro de 1991 vitimando dois integrantes da Polícia Militar (ROTA) de São Paulo.

3 - A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa pronunciou-se pela inconstitucionalidade, por se tratar de matéria de competência exclusiva da União, conforme dispõe o inciso XI, do Artigo 22, da Constituição Federal. Da mesma forma, e pelos mesmos fundamentos opinou a Comissão de Segurança Pública pela rejeição do projeto.

Contudo, a Comissão de Finanças apresentou parecer favorável, restringindo a proibição no âmbito da Polícia Civil, conforme emenda substitutiva geral de fls.10.

No decorrer do processo legislativo o mesmo projeto recebeu, ainda, emenda à emenda substitutiva de autoria do Deputado Bona Turra que reproduz na íntegra o projeto inicial.

#### PARECER

3 - Em matéria de competência legislativa a Constituição Federal fixou com relação à União a competência exclusiva e a competência concorrente.

Nesse sentido, por igual, transcrevemos as seguintes observações do festejado professor José Afonso da Silva: "competência é a faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir de





DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
DO ESTADO DO PARANÁ

cisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar suas funções.

Isso permite falar em espécie de competência visto que as matérias que compõe seu conteúdo podem ser agrupados em classes, segundo sua natureza, sua vinculação cumulativa a mais de uma entidade e seu vínculo a função de governo. Sob esses vários critérios, podemos classificar os competências primeiramente em dois grandes grupos com suas subclasses: I- Competência material, que pode ser: a) exclusiva (art.21), e b) comum, cumulativa ou paralela (art.23); II - Competência legislativa, que pode ser: a) exclusiva (art.25, §§ 1º e 2º); b) privativa (art.22); concorrente (art.24); d) suplementar (art.24, §2º)"

E ainda: "A diferença que se faz entre competência exclusiva e competência privativa é que aquela é indelegável, e esta é delegável. Então, quando se quer atribuir competência própria a uma entidade ou a um órgão com possibilidade de delegação de tudo ou de parte, declara-se que compete privativamente, a ele a matéria indicada. Assim, no artigo 22 se dá a competência privativa (não exclusiva) à união para legislar sobre:..., porque o parágrafo único faculta à lei complementar autorizar aos estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas nesse artigo."

Daí por que o artigo 22, XXI da Constituição dá como privativo da União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias convocação e mobilização dos policiais militares e corpo de bombeiros e, para que os Estados possam legislar sobre questões específicas.

específicas há a necessidade da lei complementar autorizando os Estados-Membros.

4 - A proposta legislativa em análise é duplamente inconstitucional: primeiramente ela não regulamenta questões específicas; genericamente proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo, segundo inexistente lei complementar autorizando os Estados a legislar.

A legislação que regulamenta a questão é o Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969 e o Decreto nº 55.649, de 28 de janeiro de 1965 que aprova a nova redação do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1246, de 11 de dezembro de 1936(R-105).

O Regulamento não proíbe o uso dos artefatos apontados pelo projeto, apenas os enquadra na categoria de produtos controlados (Art.163).

5 - Resta esclarecer, ainda, que a Polícia Civil não faz uso de tais objetos, nem mesmo em qualquer atividade de treinamento. Contudo, o projeto de lei não pode prosperar, vez que as transgressões e sanções disciplinares aplicáveis ao servidor policial civil só podem ser fixados por lei complementar, a exemplo da lei complementar nº 14, alterado pela lei complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, e não por lei ordinária.

6 - Para melhor orientação anexamos textos legislativos, o laudo do Instituto Adolfo Lutz, relativo à toxicidade do produto, bem como o trabalho elaborado pelo Engenheiro Químico

Fernando Antonio Andreazza, com relação ao emprego dos aerossóis lacrimogênicos e os efeitos na pessoa humana.

### Conclusão

7 - Em que pese, ter os Estados-Membros competência suplementar para legislar sobre a matéria, em questões específicas, inexistente Lei Complementar autorizando. Normas e sanções disciplinares aplicáveis ao servidor policial civil só podem ser fixados através de Lei Complementar.

Os aerossóis lacrimogênicos são de baixíssima toxidez e o emprego pelos Policiais é a melhor receita para conter tumultos populares, "motins" de pessoas presas, etc.

É o Parecer s.m.j.

Curitiba, 15 de setembro de 1993.

Luis Gilmar da Silva  
ASSESSOR DE GABINETE



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE POLÍCIA CIENTÍFICA

INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

PERITO CRIMINAL DR. OCTAVIO EDUARDO DE BRITO ALVAREZ GMS



L A U D O

Aos 19 dias do mês de março do corrente ano, esta Seção Técnica de Química recebeu um ofício de nº 614/93, - nos seguintes termos:

"SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - GABINETE DO SECRETÁRIO.-OF. OGS. Nº 614/93.-São Paulo 15 de março de 1.993.-Senhor Diretor, Por ordem do Senhor Secretário da Segurança Pública, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, quatro tubos de sprays, sendo dois de gás lacrimogênio-agente, e, dois antídotos, bem como catálogos e especificações químicas, para os quais, solicito exame pericial a fim de saber-se de sua eficácia e qualidade, uma vez que tal produto está sendo oferecido para ser adquirido por esta Secretaria. Eventual aquisição, terá por finalidade municiar policiais civis e militares com uma arma não letal.

Sem mais, no aguardo do pronto atendimento, reitero a Vossa Senhoria, meus protestos de mais alta estima e distinta consideração. Ruy Estanislau Silveira Nello - DELEGADO DE POLÍCIA CHEFE DA ASSISTÊNCIA POLICIAL CIVIL/GS."

Para a realização do Exame Pericial, foram aqui designados os Peritos Criminais Químicos Dra. Maria de Lourdes Papa Yamashita e o segundo signatário, que ora vêm manifestar-se a respeito.

DO MATERIAL E DOS EXAMES:

Os quatro tubos de spray, sendo dois de gás lacrimogênio e dois antídotos descritos no ofício acima, foram encaminhados ao Instituto Adolfo Lutz, Divisão de Bromatologia e Química, para serem analisados conforme Boletim nº 33393, tendo-

(CONT. F. 32)

são obtidos os seguintes resultados:

- Teste de Toxicidade aguda do produto Aerosol GL5AGL

Verificação da ação do produto em cobaias

O produto em pauta foi aplicado, através de as jato, em uma cobaia, à distância de 0,5 m e durante um segundo. Logo após, foi aplicado o neutralizante, sob as mesmas condições.

A seguir, o animal testado foi observado durante quinze dias consecutivos.

Resultado: Os olhos do animal lacrimejavam rapidamente após a aplicação do produto e ele apresentou um comportamento lento em relação a sua movimentação. Após a aplicação do neutralizante o animal voltou a seu estado normal.

CONCLUSÃO: No período de quinze dias, após a aplicação do produto, o animal testado não apresentou nenhum sinal aparente de intoxicação.

NOTA: O resultado desta análise tem significação restrita e se aplica somente a amostra enviada para exame.

Era o que havia a informar.

!-:-!-:-!-:-!-:-!-:-!-:-!-:-!-:-!-:-!-:-!-:-!

OBS:- Não acompanha o material que foi utilizado nos ensaios.

Este laudo vai datilografado no anverso de 02 folhas deste papel, ficando dele arquivada cópia a carbono devidamente assinadas e rubricadas.

A requisição foi aqui protocolada sob o número 02/110/004422/93.

São Paulo, 14 de julho de 1993.

Dra. MARIA DE LOURDES PAPA YAMASHITA.-  
PERITO CRIMINAL QUÍMICO.-



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

REGULAMENTO  
PARA A  
FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS  
CONTROLADOS (R-105)

1ª Edição

1965

Preço: Cr\$

CARGA
Em .....

§ 1º — São as seguintes as naturezas de controle:

- a) "Fábrico" — registro no Ministério do Exército para fabricação (Título de Registro);
- b) "Utilização Industrial" — registro no Ministério do Exército para utilização Industrial (Certificado de Registro);
- c) "Importação ou Exportação" — registro no Ministério do Exército para Importação e exportação e licença prévia para efetuá-las (Certificado de Registro);
- d) "Desembarço alfandegário" — executado por um agente credenciado do Ministério do Exército;
- e) "Tráfego" — rodô ou ferroviário, marítimo, lacustre ou aéreo (este em conjugação com o Ministério da Aeronáutica); e
- f) "Comércio" — registro no Ministério do Exército para comércio dentro do país (Certificado de Registro).

§ 2º — Na Relação dos Produtos Controlados (Art 165), cada produto é antecedido da indicação da categoria de controle.

§ 3º — Nessa relação, os produtos indicados na categoria I como 1-A, são os que tiveram algumas naturezas de controle modificadas pelo Ministro do Exército.

Essas modificações, que estão especificadas nas Disposições Transitórias deste Regulamento, poderão ser, futuramente, alteradas a critério daquela autoridade.

Art. 158 — O resumo das categorias e naturezas de controle constam do quadro a seguir:

Categoria de Controle	NATUREZA DE CONTROLE				
	Fábrica	Utilização Industrial	Importação ou Exportação	Desembarço alfandegário	Tráfego
1	X	X	X	X	X
2	X	X	—	X	X

Art 159 — O Ministro do Exército poderá determinar a inclusão de qualquer produto na classificação de controle; poderá mudar a categoria ou aliviar a natureza de controle de qualquer produto e colocar, retirar ou trocar a classificação de uso, de proibido para permitido, ou vice-versa, de qualquer espécie e tipo de arma, acessórios, petrechos ou munições.

CAPTULO XX

Produtos Controlados de Uso Proibido e Permitido

Art. 160 — As armas, acessórios, petrechos e munições são classificados, ainda, no que se refere à segurança social e militar do país, em:

- a) de uso proibido;
- b) de uso permitido.

Art. 161 — São armas, acessórios, petrechos e munições de uso proibido:

- a) armas, acessórios, petrechos e munições iguais ou similares, no que diz respeito aos empregos tático, estratégico e técnico, ao material bélico usado pelas Forças Singulares ou Estrangeiras;
- b) armas, acessórios, petrechos e munições que, não sendo constitutivos de material bélico das Forças Singulares ou Estrangeiras, nem similares às empregadas em qualquer dessas Forças Singulares, possuam características que só as tornem aptas para emprego militar ou policial;
- c) carabinas (espingardas raladas), rifles e todas as armas raladas, congêneres, de calibre superior ao .44 (11,17 mm);
- d) revólveres, de calibre superiores ao .38 (9,65 mm);
- e) pistolas semi-automáticas de calibres superiores a 7,65 mm, ou inferiores a 7,65 mm mas que tenham o comprimento do cano maior de 16 centímetros;
- f) pistolas semi-automáticas tipo Parabellum;
- g) pistolas automáticas de qualquer calibre;
- h) garruchas de calibre superior ao .380 (9,65 mm);
- i) armas a gás (comprimido); não compreendidas nesta classificação as armas de pressão por mola (que atiram setas, ou pequenos grão de chumbo, ou balas pequenas de matéria plástica), até o calibre .40 e .45.

— 162 —

portivas, que utilizem cartuchos contendo exclusivamente pólvora e conhecidas, na gíria dos armeiros, pelo nome de "espanta-ladrão";

1) cartuchos carregados a bala, para emprego em armas de uso proibido;

m) cartuchos de bases agressivos, qualquer que seja a sua ação fisiológica ou tática, desde que seja nociva à espécie humana, ou mesmo, animal, sendo, também, de uso proibido os cartuchos capazes de provocar ação anestésica;

n) munições com artifícios pirotécnicos, ou dispositivos similares capazes de provocar incêndios ou explosões;

o) armas disfarçadas, concebidas como tais os dispositivos com aparência de objetos inofensivos, mas que escondem uma arma como sejam: bengalas-pistolas, canetas-revólveres, bengalas-estoches, guardas-chuvas-estoque e semelhantes;

p) dispositivos que constituam acessórios de armas e que tenham por objetivo modificar-lhes as condições de emprego, como os silenciadores de tiro, os quebra-chamas e outros, que servem para amortecer o estampido ou chama de tiro;

q) lunetas e acessórios para as armas de uso proibido.

Art. 162 — São armas, acessórios, petrechos e munições de uso permitido:

a) espingardas e todas as armas de fogo, congêneres de arma lisa, de qualquer modelo, tipo, calibre ou sistema;

b) armas de fogo raiadas, longas, de uso civil já consagrado, como carabinas, rifles e armas semelhantes até o calibre 44 (11,17 mm) inclusive; estando excecionadas do uso permitido, apesar de terem calibres inferiores ao máximo admitido acima (11,17 mm), as armas de calibres consagrados como armamento militar padronizado, como por exemplo: armas de 7 mm ou de 7,62 mm (.30);

c) revólveres, até o calibre .38 (9,65 mm), inclusive;

d) pistolas semi-automáticas, até o calibre 7,65 mm, inclusive, não podendo os canos dessas armas ter comprimento maior de 15 cm (exceto as do tipo Parabellum, que são consideradas armas de uso proibido);

e) garruchas, até o calibre .380 (9,65 mm), inclusive;

f) espingardas ou pistolas de pressão por molas (que atiram balas ou pequenos grãos de chumbo, ou balas pequenas de munição plástica), até o calibre de 6 mm, inclusive;

163 164

h) cartuchos vazios, semicarregados e carregados a chumbo, conhecidos na gíria dos armeiros pelo nome de "Cartuchos de caça", qualquer que sejam os respectivos calibres e os diâmetros das bases de chumbo com que são carregados;

1) cartuchos carregados a bala para armas de fogo, raiadas, de uso permitido, exceto as que, estando embora dentro de lunetas, calibres permitidos, possam multiplicar estilhaços no tiro (como balas dum-dum); possam ação explosiva ou incendiária ao impacto do projétil; possam características que só as indiquem para emprego em fins policiais, ou mesmo militares;

j) chumbo de caça, inclusive a escumilha;

1) lunetas e acessórios permitidos para as armas de uso permitido.

### CAPÍTULO XXI

#### Relação de Produtos Controlados

Art. 163 — Os produtos controlados pelo Ministério do Exército, se acham arrolados por ordem alfabética e ordem numérica, com indicação da categoria de controle a que pertencem, na relação constante do presente capítulo.

Art. 164 — Os produtos controlados se acham reunidos, também, para fins deste Regulamento, nos grupos de utilização seguintes, dos quais apenas os símbolos são apresentados na Relação de Produtos Controlados.

SÍMBOLO	GRUPO DE UTILIZAÇÃO
AC	Acessórios ou elementos
A	Armas
D	Diversos
EX	Explosivos (inclusive pólvoras)
M	Munições (uso civil e militar)
MI	Mísseis (foguetes e rojões) (combustíveis, oxidantes e aditivos)
PQ	Produtos químicos
PQA	Produtos químicos agressivos
PI	Artifícios pirotécnicos (uso civil e militar)
PO	Produtos químicos (uso civil e militar)



Art. 165 — É a seguinte a Relação de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército:

RELAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCITO

Categoria	N.º de ordem	Simbolo	Nomenclatura do produto
de	do produto	do grupo	
controle	na relação	a que	
geral	particular	o produto	
— A —			
1	001	ACA	Acessórios (De Armas) para lançamento (Bocais)
1	002	ACA	Acessórios (De Armas) (Reparos, Silenciadores, Quebra-Chamas e outros)
1	003	ACEx	Acessórios de Explosivos
2	004	EX	Acetileno de Cobre
2	005	EX	Acetileno de Prata
—	—	—	Ácido Azótico (V. Ácido Nítrico)
2	006	EX	Ácido Azotídrico (ou Ácido Hidrazídico)
3	007	PQA	Ácido Clorossulfônico (ou Cloridrina Sulfúrica)
3	008	PQ	Ácido Nítrico (ou Ácido Azótico)
2	009	EX	Ácido Perclorico
1	010	EX	Ácido Picrâmico (ou Ácido Nitrofenol)
1	011	EX	Ácido Pírico (ou Trinitrofenol)
3	012	PQ	Ácido Sulfúrico
1	013	PQA	Agentes de Guerra Química Singulares, não Especificados
1	014	PQA	Aliscenovo
3	015	PQA	Amidofenol (orto, meta e para)
1	016	PI	Armadilhas (Material Bélico)
1	017	A	Armas e Gás (Comprimento)
1	018	A	Armadamento Militar Obsoleto
1	019	A	Armadamento para Guerra Química (Material Bélico)
1	020	A	Armadamento para Simulação (Material Bélico)
1	021	A	Armadamento variado (Material Bélico)
1	022	A	Armas Brancas, Curtas e Longas (Material Bélico)

Armas de fogo civis obsoletas  
Armas de fogo para coleção (Raridades)  
Armas de fogo de arremesso (tipo lança-granadas, de uso policial)  
Armas de fogo de arremesso (Material Bélico)  
Armas de fogo dissimuladas  
Armas de pressão por mola (Curtas e longas)  
Armas especiais para uso policial  
Armas de fogo, curtas e longas (Material Bélico)  
Armas de fogo, curtas, lisas (de uso civil)  
Armas de fogo (de Joalheria; Pegas lavradas)  
Armas de fogo, longas, lisas e variadas (de uso civil)  
Armas de gás (Agressivo)  
Armas específicas para caça determinadas  
Armas específicas para competição de tiro  
Armas históricas (Civis)  
Armas históricas (Militares)  
Armas industriais  
Armas lisas, em geral (não relacionadas)  
Armas para lançamento protênico (não relacionadas)  
Armas para dar partida em competições desportivas  
Armas variadas (Material Bélico, não relacionadas)  
Armas variadas (de uso civil) (não relacionadas)  
Artífices protênicos (Material Bélico)  
Ácida de Chumbo  
Vago

Nomenclatura do produto

Categoria	N.º de ordem	Simbolo	Nomenclatura do produto
de	do produto	do grupo	
controle	na relação	a que	
geral	particular	o produto	
1	025	A	Armas de fogo civis obsoletas
1	026	A	Armas de fogo para coleção (Raridades)
1	027	A	Armas de fogo de arremesso (tipo lança-granadas, de uso policial)
1	028	A	Armas de fogo de arremesso (Material Bélico)
1	029	A	Armas de fogo dissimuladas
1	030	A	Armas de pressão por mola (Curtas e longas)
1	031	A	Armas especiais para uso policial
1	032	A	Armas de fogo, curtas e longas (Material Bélico)
1	033	A	Armas de fogo, curtas, lisas (de uso civil)
1	034	A	Armas de fogo (de Joalheria; Pegas lavradas)
1	035	A	Armas de fogo, longas, lisas e variadas (de uso civil)
1	036	A	Armas de gás (Agressivo)
1	037	A	Armas específicas para caça determinadas
1	038	A	Armas específicas para competição de tiro
1	039	A	Armas históricas (Civis)
1	040	A	Armas históricas (Militares)
1	041	A	Armas industriais
1	042	A	Armas lisas, em geral (não relacionadas)
1	043	A	Armas para lançamento protênico (não relacionadas)
1	044	A	Armas para dar partida em competições desportivas
1	045	A	Armas variadas (Material Bélico, não relacionadas)
1	046	A	Armas variadas (de uso civil) (não relacionadas)
1	047	PI	Artífices protênicos (Material Bélico)
1	048	EX	Ácida de Chumbo
1	049 e 050	—	Vago

controle	na relação	a que	
	geral	particular	o produto
1	101	M	Bombas (Guerra Química) (Material Bélico)
1	102	M	Bombas (Explosivas) (Material Bélico)
1	103	PQA	Brometo de Benzila (ou Ciclitia)
1	104	PQA	Brometo de Cianogênio
1	105	PQA	Brometo de Nitrosila
1	106	PQA	Brometo de Xilila
1	107	PQA	Bromoacetato de Etila
1	108	PQA	Bromoacetato de Metila
1	109	PQA	Bromoacetofenona
1	110	PQA	Bromoacetona
1	111	PQA	Bromometilacetona
1	112	PQA	Bromonitroacetofenona
1	113	EX	Bulbetril
114 a 149	—	—	Vago

— C —

1	150	A	Canhões
1	151	A	Carabinas
1	152	M	Cartuchos carregados a bala (Usos civil e militar)
1	153	M	Cartuchos para caça (Carregados a chumbo e semicarregados)
—	—	—	Cartuchos para caça (Vazios) (V. Es- tolos)
1	154	M	Cartuchos de Infantaria (Material Bé- lico)
1	155	M	Cartuchos diversos não relacionados (Material Bélico)
1	156	M	Cartuchos, de uso civil, não relacionados
1	157	PQA	Cianeto de Benzila
1	158	PQA	Cianeto de Bromobenzila
1	159	PQA	Cianeto de Difenilarsina
3	160	PQA	Cianocarbonato de Metila
3	161	PQ	Clorato de Bário
1	162	PQ	Clorato de Potássio
1	163	PQ	Clorato de Sódio
1	164	PQA	Clorato de Benzila
1	165	PQA	Clorato de Benzila
1	166	PQA	Clorato de Benzila
1	167	PQA	Clorato de Benzila
1	168	PQA	Clorato de Benzila
1	169	PQA	Clorato de Benzila
1	170	PQA	Clorato de Benzila
1	171	PQA	Clorato de Benzila
1	172	PQA	Clorato de Benzila
1	173	PQA	Clorato de Benzila
1	174	PQ	Clorato de Benzila
1	175	PQA	Clorato de Benzila
1	176	PQA	Clorato de Benzila
1	177	PQA	Clorato de Benzila
1	178	PQA	Clorato de Benzila
1	179	PQA	Clorato de Benzila
1	180	PQA	Clorato de Benzila
1	181	PQA	Clorato de Benzila
1	182	PQA	Clorato de Benzila
1	183	PQA	Clorato de Benzila
1	184	PQA	Clorato de Benzila
1	185	PQA	Clorato de Benzila
1	186	PQA	Clorato de Benzila
1	187	PQA	Clorato de Benzila
1	188	PQA	Clorato de Benzila
1	189	PQA	Clorato de Benzila
1	190	PQA	Clorato de Benzila
—	—	EX	Colódio (Piroxilina, nitrocelulose, proce- lulose, algodão pólvora) (V. Nitrocelu- lose)
1	191	ACA	Conjuntos para armamento (Manuten- ção de material bélico)
1	192	ACA	Conjuntos para armas civis (Manuten- ção de armas civis)
1	193	AcEX	Cordel detonante
1	194	EX	Cresilato de Potássio
1	195	EX	Cresilato de Potássio
1	196	D	Colete a Prova de Bala (*)
1	197	D	Capacete de aço (**)
198 a 249	—	—	Vago

Categoria N.º de ordem simbolo  
de de produto de grupo  
controla na relação a que  
geral pertence  
o produto

Nomenclatura do produto

porta N.º de ordem simbolo  
de de produto de grupo  
na relação a que  
geral pertence  
o produto

Nomenclatura do produto

— D —

1	250	EX	Detonadores	1	309	M	Estojos de munição de armas de caça, vazios, espoletados ou não (Carregados a chumbo)
1	251	EX	Diazodinitrofenol	1	310	AcM	Estopilhas (Material bélico)
1	252	PQA	Diazometano	1	311	AcEX	Estopins comuns e especiais
1	253	PQA	Dibromometilarsina	1	312	PQA	Éter Dibrometilico
1	254	PQA	Diclorodinitrometano	1	313	PQA	Éter Metilclorofórmico
1	255	PQA	Diclorodivinilcloroarsina (Lewisita secundária)	1	314	PQA	Etildibromoarsina
1	256	PQA	Dicloroetilarsina (ou Etildicloroarsina)	1	315	PQA	Etildicloroarsina
1	257	PQA	Diclorofenilarsina	1	316	EX	Etilenodiaminadinitrato
1	258	PQA	Diclorometilarsina (ou Metildicloroarsina)	1	317	EX	Explosivos diversos, civis e militares não relacionados
1	259	PQA	Difenilamina Cloroarsina (Adamstia)	1	318	EX	Explosivos plásticos
1	260	PQA	Difenilbromoarsina	—	319 a 349	—	Vago
1	261	PQA	Difenilcianoarsina (Clark I ou Clark II)	1	350	PQA	Fenildibromoarsina
1	262	PQA	Difenilcloroarsina	1	351	PQA	Fenildicloroarsina
1	263	PQA	Dimetilmercurio	1-A	352	Pl	Fogos de artifício (de uso civil)
1	264	EX	Dinamites (Menos Gelatinas Explosivas)	—	—	—	Foguetes (V. Missels)
1	265	EX	Dinitrobenzeno (Dinitrobenzol)	1	353	PQA	Fósforo branco ou amarelo
1	266	EX	Dinitroclorobenzeno	1	354	PQA	Fosgênio (Oxicloreto de carbono, cloreto de carbonila ou Colongita)
1	267	EX	Dinitroglícolis	1	355	EX	Fulminato de Mercúrio
1	268	EX	Dinitrotetrahidronaftaleno	1	356 a 379	—	Vago
1	269	EX	Dinitrotolui	—	—	—	—
1	270 a 299	—	Vago	—	—	—	—

— E —

1	300	EX	Ecrasita (Cresilato de amônio)	1	380	A	Garruchas
3	301	PQ	Enxofre	1	381	EX	Gelatinas explosivas
1	302	A	Espingardas de Antecarga (Nacional, "pica-pau")	1	382	Pl	Granadas de mão de tipos variados
1	303	AcM	Espoletas para cartuchos de caça	—	383	Pl	Granadas de fuzil, de tipos variados
1	304	AcEX	Espoletas comuns para explosivos	1	384 a 399	—	Vago
1	305	AcM	Espoletas para granada de artilharia (Material Bélico)	1	400	EX	Hexanitrozobenzeno
1	306	AcPl	Espoletas para petrechos (Material bélico)	1	401	EX	Hexanitrocarbanilde
1	307	AcEX	Espoletas simples e eletricas (comuns e de tempo ou retardas)	1	402	EX	Hexanitrodifenil
1	308	AcEX	Espoletas de tempo ou retardas	1	403	EX	Hexanitrodifenilamina (Hexil)
1	309	AcEX	Espoletas de tempo ou retardas	1	404	EX	Hexanitrodifenilnitrato
1	310	AcEX	Espoletas de tempo ou retardas	1	405	EX	Hexanitrodifenilnitrato

— F —

1	400	EX	Hexanitrozobenzeno
1	401	EX	Hexanitrocarbanilde
1	402	EX	Hexanitrodifenil
1	403	EX	Hexanitrodifenilamina (Hexil)
1	404	EX	Hexanitrodifenilnitrato
1	405	EX	Hexanitrodifenilnitrato

— H —

1	400	EX	Hexanitrozobenzeno
1	401	EX	Hexanitrocarbanilde
1	402	EX	Hexanitrodifenil
1	403	EX	Hexanitrodifenilamina (Hexil)
1	404	EX	Hexanitrodifenilnitrato
1	405	EX	Hexanitrodifenilnitrato

Categoria N.º de ordem Simbolo				Nomenclatura do produto			
de	do produto	do grupo	a que	de	do produto	do grupo	a que
controle	na relação	errata	permanece	controle	na relação	errata	permanece
1	554	Pl	Pelardos	1	608	EX	Tetranitrometilanilina (Tetril)
2	555	EX	Percitrato de Amônio	1	609	PQA	Trifosgênio (Clorossulfeto de Carbono)
1	556	EX	Peroxido de Cloro	1	610	PQA	Tricloreto de Arsênico
3	557	PQ	Peroxido de Nitrogênio	1	611	PQA	Triclorotrivinilarsina (Lewisita Terciária)
1	558	EX	Picratos	—	—	—	Trimellitenotriaminol (Hexogênio, Clonita) (V. Hexogênio)
1	559	A	Pistolas	—	—	—	Trinitroacetontitrila
1	560	EX	Pólvoras Negras e Chocolate	2	612	EX	Trinitroanilina (Picramida)
1	561	EX	Pólvoras de Base Simples	1	613	EX	Trinitroanisol
1	562	EX	Pólvoras de Base Dupla	1	614	EX	Trinitrobenzol (Benzita)
1	563	EX	Pólvoras diversas, não relacionadas	1	615	EX	Trinitroclorometano
—	564 a 570	—	Vago	2	616	EX	Trinitrocresol
—	—	—	—	1	617	EX	Trinitrofenol
—	571 a 574	—	Vago	1	618	EX	Trinitronaftalina (Nafita)
—	—	—	—	2	619	EX	Trinitroresorcina
1	575	EX	Reforçadores	1	620	EX	Trinitroresorcinato de Chumbo (V. Sulfato de Chumbo)
1	576	ACA	Reparos para armamento (Material bélico)	—	—	—	Trinitrotoluiol (Trotol, TNT, Tritol, Toltol, etc)
1	577	A	Revolvers	1	621	EX	Tubos Fumígenos
1	578	Pt	Rolões	—	—	—	—
1	579 a 584	—	Vago	1	622	Pt	—
—	—	—	—	—	623 a 649	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—
1	585	EX	Saltire e Nitrato de Sódio (V. Nitrato de Sódio)	—	650 a 654	—	—
2	586	EX	Selênio e explosivos congêneres	—	—	—	—
1	587	EX	Sulfeto de Hidrogênio (Hidrogênio Sulfídico)	1	655	A	Viaturas (ou carros) blindadas
1	588	EX	Sulfato de Chumbo (V. também Trinitrato Resorcinato de Chumbo, Tricinato)	—	656 a 659	—	—
1	589 a 590	—	Sulfeto de Nitrogênio	—	660 a 664	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—
1	600	EX	Tetraceno	—	—	—	—
3	601	PQA	Tetracloreto de Estanho	—	665 a 669	—	—
3	602	PQA	Tetracloreto de Silício	—	—	—	—
1	603	PQA	Tetracloreto de Titânio (P. Rutila)	—	—	—	—
1	604	PQA	Tetraclorodinitroetano	—	670 a 674	—	—
1	605	EX	Tetranitroclorometano	—	—	—	—
1	606	EX	Tetranitroclorometano	—	—	—	—

Categoria N.º de ordem Simbolo			Nomenclatura do produto			Categoria N.º de ordem Simbolo			Nomenclatura do produto		
de	do produto	de grupo	de	do produto	de grupo	de	do produto	de grupo	de	do produto	de grupo
controle	na relação	a que	controle	na relação	a que	controle	na relação	a que	controle	na relação	a que
geral	geral	pertence	geral	geral	pertence	geral	geral	pertence	geral	geral	pertence
o produto			o produto			o produto			o produto		
1	554	Pt	Petardos	1	608	EX	Tetranitromethanilina (Tetrit)				
2	555	EX	Perclorato de Amônio	1	609	PQA	Trifosfênio (Clorossulfeto de Carbono)				
1	556	EX	Peroxido de Cloro	1	610	PQA	Tricloreto de Arsênico				
3	557	PQ	Peroxido de Nitrogênio	1	611	PQA	Triclorotrivinilarsina (Lewisita Terclá- ria)				
1	558	EX	Picratos				Trimetilnitrotrinitroammina (Hexogênio, Ci- clonita) (V. Hexogênio)				
1	559	A	Pistolas				Trinitroacetoniitrila				
1	580	EX	Pólvoras Negras e Chocolate	2	612	EX	Trinitroanilina (Piramida)				
1	561	EX	Pólvoras de Base Simples	1	613	EX	Trinitroanisol				
1	562	EX	Pólvoras de Base Dupla	1	614	EX	Trinitrobenzol (Benzita)				
1	563	EX	Pólvoras diversas, não relacionadas	1	615	EX	Trinitrocloreto de Metano				
	564 a 570	—	Vago	2	616	EX	Trinitrocresol				
		—	Q —	1	617	EX	Trinitrofenol				
	571 a 574	—	Vago	1	618	EX	Trinitronaftalina (Nafitla)				
		—	R —	2	619	EX	Trinitroresorcina				
1	575	EX	Reforçadores	1	620	EX	Trinitroresorcinato de Chumbo (V. St- finato de Chumbo)				
1	576	ACA	Reparos para armamento (Material bé- lico)	1	621	EX	Trinitrotoluenol (Trotol, TNT, Tritol, Tol- ita, etc)				
1	577	A	Revolvers	1	622	Pt	Tubos Fumígenos				
1	578	Pt	Róides				Vago				
	579 a 584	—	Vago		623 a 649	—	U —				
		—	S —				Vago				
		—	Sulfure e Nitrate de Sodio (V. Nitrate de Sodio)		650 a 654	—	V —				
1	585	EX	Schneiderita e explosivos congêneres				V —				
2	586	EX	Sulfeto de Hidrogênio (Hidrogênio Si- licado)	1	655	A	Vituras (ou carros) blindadas				
1	587	EX	Sulfato de Chumbo (V. também Trini- tro Resorcinato de Chumbo, trichnato)		656 a 659	—	Vago				
1	588	EX	Sulfeto de Nitrogênio				W —				
	589 a 599	—	Vago		660 a 664	—	Vago				
		—	T —				X —				
1	600	EX	Tefaleno				Vago				
1	601	PQA	Tetracloreto de Estanho		665 a 669	—	Y —				
1	602	PQA	Tetracloreto de Silício				Vago				
1	603	PQA	Tetracloreto de Titânio (Pt Perita)		670 a 674	—	Vago				
1	604	PQA	Tetrachlorobutadieno				Vago				
1	605	EX	Tetrachlorobutadieno				Vago				
1	606	EX	Tetrachlorobutadieno				Vago				

166 — 170

## TÍTULO VIII (\*)

## Desembaraço Alfandegário

## CAPÍTULO XXII

## Generalidades

Art. 166 — O desembaraço alfandegário pode ser de três naturezas:

- a) de produtos controlados, importados por empresas sediadas no país;
- b) de produtos controlados, importados por países estrangeiros ou por comerciantes desses países, em trânsito pelo território nacional;
- c) de armas e munições trazidas como bagagem por passagens, turistas, etc.

Art. 167 — O desembaraço alfandegário de produtos controlados a que se refere a alínea "a" do artigo anterior só poderá ser solicitado e realizado nos locais situados nas Regiões Militares em que o interessado possuir Registro.

## CAPÍTULO XXIII

## Desembaraço de Produtos Controlados Importados por Empresas Sediadas no País

Art. 168 — Chegando o produto controlado ao destino, o interessado solicitará, em requerimento ao Chefe do DMB ou ao Comandante da respectiva Região Militar (Anexo 28), o competente desembaraço alfandegário.

Parágrafo único — Em cada requerimento não poderá ser citada mais de uma licença prévia de importação.

Art. 169 — O Chefe do DMB ou Comandante da Região, através do DIPC ou do SIPC regional, após o confronto com o requerimento de importação e com o documento unilateral que a autoridade, determinará a fiscalização do desembaraço alfandegário, que será realizada por um oficial para isso designado.

Art. 170 — O Chefe do DIPC ou do SIPC regional fará a devolução da comunicação ao Inspetor da Alfândega ou à autoridade alfandegária local sobre a hora, dia e mês em que mandará proceder o exame do produto controlado, apurado, por escrito, no verso da 1ª via.

171 — 172

do requerimento de desembaraço, os dados constantes do Anexo ao dalando-a, assinando-a e entregando-a ao interessado para a apresentação à Alfândega.

§ 1º — Devem achur-se presentes ao exame o representante da autoridade alfandegária e o despachante do interessado.

§ 2º — O Oficial encarregado da fiscalização, de posse da 2ª via do requerimento de desembaraço das faturas e conhecimento apresentados, na ocasião, pelo despachante do interessado, e na presença deste e do representante da autoridade alfandegária, providerá a identificação dos volumes e, em seguida, determinará a abertura dos que julgar conveniente.

§ 3º — Realizado o exame, e a retirada da amostra prevista no Art. 172, o conferente que o tiver assistido deverá mencionar essa circunstância, de próprio punho, no verso da 1ª via do requerimento de desembaraço.

Essa declaração visa comprovar que os volumes só foram abertos em presença do conferente.

§ 4º — Não sendo notada qualquer irregularidade, pode o produto ser desembaraçado e, para tanto, o Oficial encarregado da fiscalização entregará ao interessado a 1ª via da guia de desembaraço (Anexo nº 30), para fins de andamento do processo alfandegário e, ainda, a 2ª via do requerimento de desembaraço, com a "cópia do despacho", por ele assinada, ocasião em que receberá do interessado a 1ª via do requerimento de desembaraço.

Art. 171 — Quando os caixões ou volumes contendo o mesmo produto forem de uma só firma e de peso igual ou pouco diferente, o exame não será levado a menos de:

1 em 10, 3 em 50, 5 em 100. Nos casos de mais de 100 volumes, o número a abrir, acima de 5, ficará a critério do Oficial designado.

Parágrafo único — No caso de suspeita de fraude, o exame deverá estender-se a todos os volumes.

Art. 172 — Os representantes das firmas interessadas em desembaraço alfandegário de produtos químicos controlados pelo Ministério do Exército deverão apresentar-se, no ato do desembaraço, munidos de um frasco de vidro, com rolha, rotulado, de capacidade mínima de 300 cm³ que permita a coleta de amostra do produto pelo representante do Ministério do Exército.

municação ao Ministro do Exército, por intermédio do DMB, mencionando-se as quantidades discriminadas nas faturas, a fim de que aquela autoridade determine medidas de maior proteção, se julgar conveniente.

## CAPÍTULO XXV

### Desembarço de Armas e Munições Trazidas como Bagagem por Passageiros, Turistas, etc.

Art. 182 — Os viajantes brasileiros ou estrangeiros que chegam ao país trazendo armas e munições (inclusive armas de porte e de ar-comprimido) são obrigados a apresentá-las às autoridades alfandegárias, ficando as mesmas retidas nessas repartições fiscais, lavrando-se termo, sem embargo do possível desembarço do restante da bagagem.

§ 1º — Os interessados devem, a seguir, dirigir um requerimento (Anexo 31), em duas vias, ao Chefe do DMB ou ao Comando da Região, conforme o caso, solicitando o desembarço alfandegário das armas e munições e apresentando o passaporte no ato, como comprovante da viagem efetuada.

§ 2º — De posse desse requerimento, o Chefe do DMB ou o Comando da Região autorizará o desembarço alfandegário, se se tratar de armas e munições de uso permitido, em número não superior a 2 (duas) armas de calibres diferentes e 300 (trezentos) cartuchos (ou munições sem carregados ou vazios) em conjunto, que acompanharão a bagagem de viajantes idôneos.

§ 3º — Quando as armas e munições ultrapassarem as quantidades previstas no parágrafo anterior, ou se tratar de armas e munições de uso proibido, ou em casos excepcionais ou omissos no presente regulamento, o requerimento, encaminhado através do DMB, será dirigido ao Ministro do Exército, para decisão.

§ 4º — Autorizado o desembarço alfandegário, a DFPC ou o SPPC Regional fará a devida comunicação à autoridade alfandegária competente (Anexo 30) e remeterá a 2ª via do requerimento, com a cópia do despacho, à polícia civil local.

§ 5º — As armas e munições para as quais não seja concedido o desembarço poderão, dentro do prazo de 6 (seis) meses da chegada ao país, ser restituídas aos seus legítimos proprietários, caso venham a se ausentar do país, pelo mesmo porto, estação ferroviária ou aeroporto, ou serem reexportadas dentro do prazo de 6 (seis) meses, para qualquer destino.

§ 6º — Decorrido aquele prazo, as armas e munições de uso permitido para as quais tiver sido negado o desembarço ou que não tiverem sido procuradas por seus proprietários poderão ser levadas a leilão pelas autoridades alfandegárias (Art. 185).

Art. 183 — O Ministro do Exército, em casos especiais, quando se tratar de missões científicas ou estrangeiras, de reconhecida idoneidade, que desejarem viajar ou caçar pelo interior do país, ou de estrangeiro em missão oficial, ou a convite do governo, poderá, mediante requerimento do interessado ou seu representante, anexando comprovantes, autorizar o desembarço de armas e munições de uso proibido, sob compromisso por parte dos interessados, de se fazerem acompanhar das armas e das munições não utilizadas, quando regressarem ao estrangeiro.

Art. 184 — O desembarço concedido pelas autoridades militares, de acordo com o presente Capítulo, não dispensa o interessado das exigências por parte das autoridades alfandegárias, mas apenas comprova que o Ministério do Exército nada tem a opor.

Art. 185 — As autoridades alfandegárias, antes da publicação de editais de praça para leilão de armas e munições, entrarão em entendimentos com o DMB ou com o Comando da Região, apresentando a relação das mesmas, com suas características (espécie, marca, calibre, número, etc.), para saber se não há qualquer inconveniência por parte do Ministério do Exército.

§ 1º — As armas e munições levadas a leilão nas alfândegas só poderão ser arrematadas por firmas devidamente registradas no Ministério do Exército (Decreto nº 809, de 30 de março de 1962), que deverão apresentar às autoridades alfandegárias, no ato, o certificado de registro, com plena validade.

§ 2º — Após o leilão, as armas e munições somente poderão ser retiradas das alfândegas mediante autorização do Chefe do DMB ou do Comando da Região Militar, obtida por meio de requerimento (Anexo 32).

Art. 186 — As armas e munições de uso proibido, para as quais tiver sido negado o desembarço alfandegário ou portuário, pela autoridade militar, após o prazo de 6 (seis) meses ou que tiverem sido levadas a leilão contrariando o disposto no artigo anterior serão recolhidas pela autoridade alfandegária ou portuária, com isenções locais de direitos e taxas, à DFPC ou ao SPPC Regional, para serem reexportadas, para qualquer destino.

munição ao Ministro do Exército, por intermédio do DMB, mencionando-se as quantidades discriminadas nas faturas, a fim de que a mesma autoridade determine medidas de maior proteção, se julgar conveniente.

## CAPÍTULO XXV

### Desembaraço de Armas e Munições Trazidas como Bagagem por Passageiros, Turistas, etc.

Art. 182 — Os viajantes brasileiros ou estrangeiros que chegarem ao país trazendo armas e munições (inclusive armas de porte e de ar-comprido) são obrigados a apresentá-las às autoridades alfandegárias, ficando as mesmas retidas nessas repartições fiscais, lavrando-se termo, sem embargo do possível desembaraço do restante da bagagem.

§ 1º — Os interessados devem, a seguir, dirigir um requerimento (Anexo 31), em duas vias, ao Chefe do DMB ou ao Comando da Região, conforme o caso, solicitando o desembaraço alfandegário das armas e munições e apresentando o passaporte no ato, como comprovante da viagem efetuada.

§ 2º — De posse desse requerimento, o Chefe do DMB ou o Comando da Região autorizará o desembaraço alfandegário, se se tratar de armas e munições de uso permitido, em número não superior a 3 (três) armas de calibres diferentes e 300 (trezentos) cartuchos (ou munições semicartuchos ou vazios) em conjunto, que acompanharão a bagagem de viajantes idôneos.

§ 3º — Quando as armas e munições ultrapassarem as quantidades previstas no parágrafo anterior, ou se tratar de armas e munições de uso proibido, ou em casos excepcionais ou omissos no presente regulamento, o requerimento, encaminhado através do DMB, será dirigido ao Ministro do Exército, para decisão.

§ 4º — Autorizado o desembaraço alfandegário, a DFPIC ou o RPPC Regional fará a devida comunicação à autoridade alfandegária competente (Anexo 30) e remeterá a 2ª via do requerimento, com a cópia do despacho, à polícia civil local.

§ 5º — As armas e munições para as quais não seja concedido o desembaraço poderão, dentro do prazo de 6 (seis) meses da chegada ao país, ser restituídas aos seus legítimos proprietários, caso verifiquem a se ausentar do país, pelo mesmo porto, estação ferroviária ou aeroporto, ou serem reexportadas, dentro do prazo, para o exterior.

§ 6º — Decorrido aquele prazo, as armas e munições de uso permitido para as quais tiver sido negado o desembaraço ou que não tiverem sido procuradas por seus proprietários poderão ser levadas a leilão pelas autoridades alfandegárias (Art. 185).

Art. 183 — O Ministro do Exército, em casos especiais, quando se tratar de missões científicas ou estrangeiras, de reconhecida idoneidade, que desejarem viajar ou caçar pelo interior do país, ou de estrangeiro em missão oficial, ou a convite do governo, poderá, mediante requerimento do interessado ou seu representante, anexo comprovantes, autorizar o desembaraço de armas e munições de uso proibido, sob compromisso por parte dos interessados, de se fazerem acompanhar das armas e das munições não utilizadas, quando regressarem ao estrangeiro.

Art. 184 — O desembaraço concedido pelas autoridades militares, de acordo com o presente Capítulo, não dispensa o interessado das exigências por parte das autoridades alfandegárias, mas apenas comprova que o Ministério do Exército nada tem a opor.

Art. 185 — As autoridades alfandegárias, antes da publicação de editais de praça para leilão de armas e munições, entrarão em entendimentos com o DMB ou com o Comando da Região, apresentando a relação das mesmas, com suas características (espécie, marca, calibre, número, etc.), para saber se não há qualquer inconveniência por parte do Ministério do Exército.

§ 1º — As armas e munições levadas a leilão nas alfândegas só poderão ser arrebatadas por firmas devidamente registradas no Ministério do Exército (Decreto nº 809, de 30 de março de 1962), que deverão apresentar às autoridades alfandegárias, no ato, o certificado de registro, com plena validade.

§ 2º — Após o leilão, as armas e munições sómente poderão ser retiradas das alfândegas mediante autorização do Chefe do DMB ou do Comando da Região Militar, obtida por meio de requerimento (Anexo 32).

Art. 186 — As armas e munições de uso proibido, para as quais tiver sido negado o desembaraço alfandegário ou portuário, pela autoridade militar, após o prazo de 6 (seis) meses ou que tiverem sido levadas a leilão contrariando o disposto no artigo anterior serão recolhidas pela autoridade alfandegária ou portuária, com isenções totais de direitos e taxas, à DFPIC ou ao RPPC regional, para publicação de edital de praça para leilão.



187 — 193

## TÍTULO IX

### Fabricação, Embalagem, Comércio e Transporte

#### CAPÍTULO XXVI

##### Normas Sobre Fabricação

Art. 187 — São de fabricação proibida, para uso civil, as armas, peirechos e munições consideradas, no Art 161, como de uso proibido.

Parágrafo único — Até ulterior deliberação, fica proibida a fabricação, para uso civil, de carabinas (espingardas raiadas) e todas as armas dessa classe de calibre superior ao .38, ou correspondente.

Art. 188 — A recuperação de rifles .44 sómente poderá ser feita por estabelecimentos fabris do Exército, mediante autorização do Ministro do Exército, para serem vendidos exclusivamente aos seringueiros da Amazônia e militares da ativa, da reserva remunerada e de 1.ª classe e reformados, de acordo com as normas estabelecidas no presente Regulamento.

Art. 189 — A transformação de fuzis e mosquetões julgados impréstáveis, em armamento de uso permitido, sómente poderá ser feita pelos Arsenalis ou estabelecimentos fabris do Exército, mediante autorização do Chefe do DMB e mesmo assim, em armas de caça de calibre .30, ficando proibida sua transformação em armas de cano raiado

Art. 190 — A fabricação de produtos controlados, por parte dos estabelecimentos fabris dos Ministerios da Marinha e da Aeronáutica, de acordo com as normas estabelecidas no presente Regulamento, independe de autorização do Ministerio do Exército.

Art. 191 — Os produtos controlados pelo Ministerio do Exército, produzidos pelas fabricas, repatriadas, devem satisfizer as especificações brasileiras ou regulamentadas pela ABNT ou serviços publicos federais

Art. 192 — As fabricas registradas, poderão prever a utilização das maquinas que lhes convierem, sob suas responsabilidades, levando em conta os encargos de segurança dos visitantes, proibindo, de qualquer modo, o uso de equipamentos que julguem perigosos, relativo aos produtos em seu termo de validade para posterior e sua auto-avaliação competente

194 196

como as conhecidas por "estalo", "pipoca", "espanta-colo" e outros julgados nocivos à saúde.

Parágrafo único — As várias classes de fogos de artifício, sua fabricação, comércio e uso são reguladas pelo Decreto-lei numero 4.238, de 8 de abril de 1942 (Anexo 33).

#### CAPÍTULO XXVII

##### Normas Sobre Embalagem

Art. 194 — As embalagens de explosivos e acessórios poderão ser feitas em:

- caixas ou pequenos barris de madeira; e
- caixas de papelão corrugado ou de outro tipo, aprovadas pelo DMB (Normas Constantes do Anexo 34).

§ 1º — Qualquer das embalagens acima citadas deverá comportar, no máximo 25 (vinte e cinco) quilos líquidos de explosivos

§ 2º — Para embarque, por via marítima, sómente será permitida a embalagem de madeira.

§ 3º — No caso de explosivos nitroglicerinaados suscetíveis de exsudação, as caixas ou barris não deverão conter peças de metal, como arcos, pregos, tachas etc. Em todos os casos deverão ser cuidadosamente fechadas.

Art. 195 — A embalagem se fará sempre em locais apropriados, afastados de outros pavilhões e oficinas de produtos julgados perigosos

§ 1º — Os produtos derivados da nitroglicerina e outras matérias primas explosivas análogas deverão ser acondicionados, salvo prescrições especiais, em cartuchos com envelopes de papel impermeável ou pergaminhado. Estes cartuchos serão, tanto quanto possível, impermeáveis e cuidadosamente fechados, não devendo apresentar-se oleosos ao tato, nem conter traços de explosivos em sua superfície

§ 2º — Nas caixas ou barris, deverão os explosivos ser lavados do fundo ou das paredes por meio de serragem.

§ 3º — Os cartuchos poderão ser embalados, ainda por grupos, em papel grosso ou impermeável, e em caixas de madeira, com

197 — 201

- a) nome da fábrica ou estabelecimento;
- b) nome do produto;
- c) peso líquido;
- d) data de fabricação ou encartuchamento; e
- e) bem claro, a indicação de: "Perigo".

Parágrafo único — Essas indicações serão reproduzidas nos invólucros dos explosivos encartuchados.

Art. 197 — Será exigido das fábricas registradas o máximo de cuidado nas embalagens especiais a que estão sujeitos os produtos químicos agressivos, de maneira a evitar, completamente, o escape de gases ou qualquer vazamento de líquido, devendo por conseguinte as mesmas serem completamente estanques.

## CAPÍTULO XXVIII

### Normas Sobre Comércio

Art. 198 — É terminantemente proibido o comércio, para uso civil, das armas, petrechos e munições de uso proibido.

Art. 199 — Serão responsáveis e punidas as firmas que importarem produtos controlados para a agricultura, sem cumprimento da legislação que rege o assunto e autorização dos órgãos competentes.

Art. 200 — Sómente poderão concorrer à aquisição de produtos controlados vendidos, em concorrência pública, pelos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, as firmas e fábricas registradas de acordo com esta regulamentação.

Parágrafo único — Não poderão ser vendidos em concorrências públicas as armas, petrechos e munições de uso proibido (Art. 198); as armas julgadas impróprias para os fins a que se destinem, terão suas matérias-primas aproveitadas pelos estabelecimentos fabris militares.

Art. 201 — O comércio interno de produtos químicos agressivos só poderá ser autorizado quando se destinar as forças singulares, forças auxiliares, organizações policiais e quaisquer órgãos do governo ou para purificação de águas, laboratórios, farmácias e de outras necessidades devidamente justificadas, ou para compra.

202 — 204

Art. 202 — Fica vedada às firmas registradas no Ministério do Exército a aquisição, em particulares ou em firmas não registradas, de produtos cujo comércio seja controlado.

Art. 203 — O comércio de explosivos e acessórios só será permitido para aplicação em fins industriais.

Art. 204 — É expressamente proibido colocar à venda explosivos apresentando alteração ou sinais de decomposição. O material nessas condições deverá ser destruído de acordo com o estabelecido no Título XII (Destruição) do presente Regulamento, depois de feitas as devidas comunicações às autoridades federais, estaduais ou municipais incumbidas da fiscalização, a fim de que se façam representar no ato, se julgarem de conveniência.

Art. 205 — O Chefe do DMB poderá permitir a venda de minas caras contra gases, de fabricação nacional, às polícias federal, estaduais e municipais, corpos de bombeiros, companhias de gás, estabelecimentos de ensino, estabelecimentos comerciais e fábricas, para uso dos que, pelo manuseio de produtos químicos agressivos, justifiquem a necessidade dessa aquisição.

## CAPÍTULO XXIX

### Normas Sobre Transporte

Art. 206 — Os transportes de produtos controlados por via marítima, fluvial ou lacustre se processarão de acordo com as normas da Comissão de Marinha Mercante e os ferroviários, de acordo com o Regulamento Geral de Transporte das Estradas de Ferro Brasileiras, cabendo ainda a observância das seguintes prescrições:

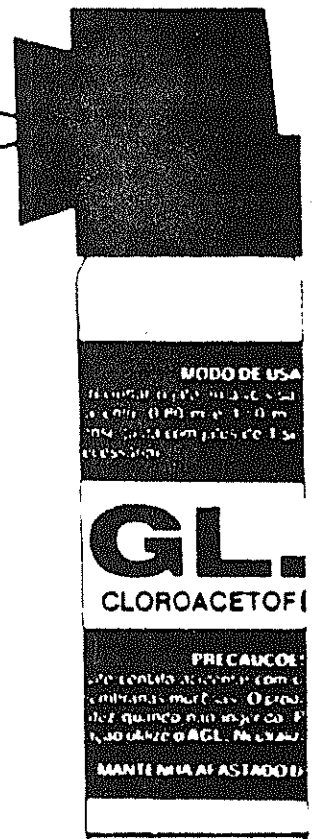
#### 1. Prescrições Gerais:

No transporte de munições, explosivos e artefícios serão obedecidas regras de segurança, a fim de limitar, tanto quanto possível, os riscos de acidentes.

Esses riscos dependem, principalmente:

- da quantidade de material transportado;
- da modalidade de embalagem;
- da armadura e da carga;
- das condições de transporte e armazenamento.

# AEROSÓIS LACRIMOGENÍOS



NA MANUTENÇÃO DA LEI E NO  
RESTABELECIMENTO DA ORDEM



## AEROSÓIS LACRIMOGÊNIOS

- AGENTES QUÍMICOS EMPREGADOS
- CONSIDERAÇÕES FÍSICO-QUÍMICAS DOS AGENTES EMPREGADOS
- MECANISMOS DE AÇÃO - SOLVENTES E PROPELENTES
- TOXICOLOGIA DOS AGENTES QUÍMICOS
- CRITÉRIOS RELATIVOS A ESCOLHA DO AGENTE
- EFEITOS NA PESSOA HUMANA - DESCONTAMINANTES
- EMPREGO DOS AEROSÓIS LACRIMOGÊNICOS

Trabalho elaborado pelo Engenheiro Químico FERNANDO ANTONIO ANDREAZZA, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura de São Paulo sob o nº 1.234.567-8.

## AEROSÓIS LACRIMOGÊNIOS

## I - AGENTES QUÍMICOS EMPREGADOS

Os aerosóis lacrimogênicos são compostos basicamente de:

CLOROACETOFENONA, CLORETO DE FENACILA OU FENILOCLOPROPETILCETONA, ORTOCLOROBENZALMALONONITRILA OU CLOPO-FENZILIDENO-MALONONITRILA.

O cloroacetofenona, vulgarmente chamado de CN, descoberto e sintetizado por químico alemão em 1860, é o agente lacrimogênico com emprego mundial e consagradamente eficiente.

O ortoclorobenzalmalononitrila é conhecido pela sigla CS, por ter sido sintetizado por dois químicos norte americanos, Ben Corson e Roger Stoughton, por volta do ano de 1928 sendo portanto, utilizado a menos tempo e em menor quantidade que o CN.

No Brasil o CN (cloroacetofenona) é sintetizado no Estado do Rio Grande do Sul pela Indústria MERIDIONAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, com sede na cidade de Porto Alegre.

Nos Estados Unidos a Indústria "MACE" é a mais tradicional produtora de aerosóis lacrimogênicos.

## FÓRMULAS QUÍMICAS CONDENSADAS DOS DOIS AGENTES

CN - CLOROACETOFENONA	$C_6H_5-CC-CH_2CL$
CS - ORTOCLOROBENZALMALONONITRILA	$O-CL-C_6H_4-CH=C(CN)_2$

Os agentes químicos lacrimogênicos são materiais irritantes sensitivos periféricos, isto é, em contato com a pele e mucosas, reagem com os nervos sensoriais, assim como, no globo ocular, causando sensações desconfortáveis sobre a área atingida, resultando em lacrimejamento abundante, pruridos e ardência na pele, interior da boca e mucosas da garganta. A característica distintiva da ação do lacrimogênio é que, após alguns minutos na pele, o efeito desaparece. Os efeitos sobre a pele são de curta duração e não atingindo a estrutura profunda da pele.

Incapacitado de qualquer reação, facilitando ao Policial o controle de distúrbios e da destruição dos bens públicos ou privados. Outro fator muito importante é o fato de que, mesmo se tratando de arma para manutenção da lei, fica salvaguardada a integridade física das pessoas submetidas ao efeito do gás.

Os lacrimogêneos aplicados em forma de aerossol têm como principal característica uma ação individual indicada para ocorrências de pequena monta ou de "homem a homem", facilitando o domínio imediato do delinquente ou agitador.

## II - CONSIDERAÇÕES FÍSICO-QUÍMICAS DOS AGENTES UTILIZADOS

### PROPRIEDADES FÍSICAS E QUÍMICAS CARACTERÍSTICAS DOS AGENTES CN E CS

	CN	CS
Peso molecular	154,50	188,50
Densidade-cristal	1,30g/cm <sup>3</sup> a 20°	1,33g/cm <sup>3</sup> a 25°
Ponto de fusão	54-55°C	93-95°C
Ponto de ebulição	244-245°C	310-315°C
Ponto de fulgor	Alto o suficiente para não interferir.	197°C
Solubilidade	105mg/m <sup>3</sup> a 20°C	0,7mg/m <sup>3</sup> a 25°C
Temperatura de decomposição	Estável até o ponto de ebulição.	Bom estabilidade térmica.
Reação de hidrólise	Não é prontamente hidrolizado	Não é hidrolizado rapidamente
Produto de hidrólise	Ácido clorofenico e clorovinilfenilacetona	Clorobenzoato de sódio e clorofenol

	CN	CS
Estabilidade na armazenagem	Estável	Estável
Calor latente de vaporização	98 cal/g	96,6 cal/g
Ação sobre os metais	mancha o aço levemente	Ação muito leve sobre o aço.
Odor	Folhas de macieira	Pimenta

No quadro acima são destacadas as propriedades físico-químicas do CN e CS onde podemos verificar a grande semelhança entre elas, em quase todos os itens, entretanto, pode-se observar e ressaltar o item "volatibilidade" onde existe a maior diferença entre os dois agentes: o CN tem uma grande capacidade de volatilização, de 105mg/m<sup>3</sup> a 20°C, enquanto que o CS é de apenas 0,7mg/m<sup>3</sup> na mesma temperatura. A dispersão do CN, face a sua alta volatibilidade, é rápida, deixando uma baixa concentração em torno da pessoa atingida e, de forma indireta, protege o Policial aplicador.

### III - MECANISMOS DE ASPERSÃO - SOLVENTES E PROPELENTES

Os aerossóis lacrimogênicos são aplicados em forma de spray (nebulização) e são dissolvidos em meios líquidos não agressivos, retirados de seus "containers" por meio de um "pescador", alimentando um "venturi" existente na válvula de acionamento. É evidente que haverá um propelente gasoso capaz de fornecer a pressão, sendo que a velocidade dos fluidos pelos condutos de pequeno calibre da válvula permitirão seu fracionamento e o surgimento de um jato cônico cujo vértice é o orifício da saída da válvula aspersora.

Os solventes empregados, tanto aqui no Brasil como em outros países produtores, são compostos de hidrocarbonetos de cadeia curta, de alta volatibilidade e de uso comum em produtos de limpeza doméstica.

poluentes de grau médio. Sendo os dois agentes CN e CS em forma de cristais sólidos e brancos, sua aplicação em forma de spray só se rá possível em solução líquida, com uso obrigatório de solventes. O CCL.S, lacrimogênio em aerosol fabricado pela MERIDIONAL, emprega dois solventes de hidrocarbonetos clorados de alta volatilidade. O jato cônico gerado no momento do acionamento da válvula do espargidor, obedece às leis da dinâmica dos fluidos gasosos, fenômeno que surge quando da dispersão de um fluido gasoso em meio de densidade diferente, porém opondo uma resistência ao avanço do fluido ejetado. Por esse processo, o jato cônico adquire uma forma cônica cujo raio na base cresce proporcionalmente ao espaço percorrido. É evidente que jatos periódicos obtidos com acionamentos intermitentes da válvula do espargidor, disseminarão no ar onde está sendo aplicado o spray, concentrações crescentes do agente lacrimogênio. Esta é uma das grandes vantagens do aerosol, pois, nessas circunstâncias existirá o disciplinamento no emprego do gás, evitando-se as chamadas concentrações semi-letais, designadas pelo símbolo "Ct L 50", que têm valores diferentes tanto para o CN como para o CS. Toda instrução dada aos usuários de aerosóis lacrimogênicos para efeito repressivo e incapacitante, procurará salientar a importância do ambiente permanecer dentro dos índices de segurança programados, a fim de preservar resultados satisfatórios, obtidos até esta data no emprego dos sprays lacrimogênicos. O mau uso sempre traz consequências desagradáveis e desvirtua a verdadeira utilidade do equipamento. Outra grande vantagem dos aerosóis lacrimogênicos é principalmente a de permitir a interrupção da aplicação, quando são conhecidas previamente as condições de concentração desejada e limitada. O CN é um agente realmente testado onde já se conhece os valores das concentrações desejadas para atingir os índices de segurança, tanto para quem recebe o gás, como para os que o aplicam.

#### IV - TOXICOLOGIA DOS AGENTES QUÍMICOS

A Divisão Médica do Ministério da Defesa e os estabelecimentos de Defesas Químicas do Governo da Inglaterra, através de eminentes pesquisadores como os Drs. R. Ballantyne e D.W. Swanston, procederam em 1970 um aprofundado estudo toxicológico sobre os gases CN e CS em ar e na pele humana, com os seguintes resultados:



lhos, cujo resultado, com publicação de alcance mundial, trouxe grandes revelações sobre o comportamento dos mesmos diante das diversas concentrações dos lacrimogênicos CN e CS. As pesquisas foram conduzidas visando os efeitos dos agentes nas vias respiratórias, cutâneas e oral parenteral, assim como aplicações endo-venosas nos animais estudados.

Escolheram espécimes e sexos diferentes, aplicando em cada tipo seccionado os dois agentes em quantidades rigorosamente iguais. Na referida publicação os efeitos sobre os tecidos do globo ocular, não foram mencionados. Aproximadamente oito dias após receberem as dosagens dos agentes CN e CS, todos os animais morreram. Na necropsia, os tecidos internos dos pulmões, vias respiratórias, aparelho digestivo e tecidos irrigados pelo sistema cardíaco-vascular, foram objeto de minuciosas observações, através de visões macro e microscópicas e determinadas as chamadas concentrações letais do tipo codificado  $CLD_{50}$  tanto para o CN como para o CS. Animais submetidos aos vapores resultantes de aerossóis, dependendo do sexo e espécie estudada, reagiram de forma diferente com morte de uns e sobrevivência de outros. Face a esta reação foram estabelecidos determinados tempos de exposição dos animais em atmosfera controlada, nas diversas concentrações de gases e dosagens letais e colhidos dados quanto aos valores de  $mg/min/m^3$  de gás aplicado, igualmente em relação aos animais mortos e aos que sobreviveram aos testes. Foram estudadas também as aplicações de clonatos, comparativamente ao CS, já que este composto contém nitrilas (grupo químico CN) e verificaram que, para concentrações elevadas de absorção, o CS se comporta semelhantemente aos clonatos, portanto com toxidez elevada. Após acurados exames anátomo-patológicos e a partir de dados quantitativos colhidos, os estudos levaram às seguintes conclusões: As concentrações letais, em animais, para os dois agentes são as seguintes:

CN - 8750 a 18200  $mg/min/m^3$

CS - 50010 a 88480  $mg/min/m^3$

Estas concentrações se referem a uma dosagem para atingir cerca de 50% dos animais estudados. Os parâmetros encontrados nos levam a concluir que, tanto para CN como para CS, a letalidade é alta e se necessita a dose a ser aplicada em doses muito altas para atingir a letalidade.



metros letais. Necessário e perigoso se torna fabricar aerossóis lacrimogênicos cuja concentração de emprego esteja dentro dos limites de segurança requeridos.

O aerossol lacrimogênio fabricado pela MERIDIONAL, denominado GL.5, foi analisado a seguir, visando demonstrar seu padrão de segurança usado segundo as diretrizes obtidas pelas avaliações físicas e matemáticas.

Emprego das chamadas "bombas de gás", com emanações fumígenas, a quais os agentes lacrimogênicos são transportados, deverão ser avaliados relativamente ao ambiente de utilização, pois, uma vez detonadas queimar até o seu esgotamento e o agente lacrimogênio liberado em sua totalidade. Assim sendo, em ambientes fechados de pouca ventilação, os valores das chamadas concentrações letais deverão ser bem calculados e as bombas carregadas com dosagens específicas. Ao contrário, nos aerossóis se conhece a concentração agente por jato aplicado e devidamente avaliado pelo fator  $\text{mg/l}$ . De acordo com os valores calculados é possível controlar dosagens letais, mediante a contagem do número de jatos disparados pelo espargidor.

#### V - CRITÉRIOS RELATIVOS A ESCOLHA DO ACENTE

critérios na escolha de um agente químico para ser aplicado em policiais ou militares, devem seguir os seguintes parâmetros:

##### CIÊNCIA

Utilização dos aerossóis lacrimogênicos visa especificamente a incapacitação do ser humano por poucos minutos. O GL.5 fabricado pela MERIDIONAL, tem volume líquido capaz de permitir 50 jatos, até o esgotamento do "container". O agente utilizado (CN) é inteiramente natural, facilitando o atendimento de encomendas em prazos curtos. A concentração do GL.5 foi estudada e calculada para cada jato aplicado através da sua utilização continuada, verificou-se por pesquisa junto aos órgãos das Polícias Militares dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que apenas um jato aplicado a uma distância entre 0,50m e 1,50m é suficiente para incapacitar um indivíduo. A concentração de CN é de 100 mg/l.

14.000mg/min/m<sup>3</sup> de ar contaminado. Isto quer dizer que 50% do pessoal poderá morrer se for aplicada uma dosagem que mantenha valor 14.000mg/min/m<sup>3</sup> de ar inalado e que respire esse ar por 1 minuto.

Dosagem média de incapacitação (Ct 1 50) - a dosagem para incapacitar o ser humano é expressa com a quantidade de vapor ou aerossol inalados e que seja suficiente para incapacitar 50% do pessoal exposto ao agente lacrimogênio. Está determinado para o CH, que a dosagem média de incapacitação está próxima dos 20mg/min/m<sup>3</sup> de ar.

Fator de segurança (Ct L 50/Ct 1 50) - chama-se fator de segurança quociente entre os parâmetros de dosagem média letal e dosagem média de incapacitação. Para o CH teremos:

$$\text{Fator de segurança} = \frac{14.000\text{mg/min/m}^3}{20\text{mg/min/m}^3} = 700$$

emprego do CS teremos:

$$\text{Fator de segurança} = \frac{25.000\text{mg/min/m}^3}{20\text{mg/min/m}^3} = 1.250$$

Interessante salientar que o Ct 1 50 do CH é o mesmo do CS, concludo-se que a dosagem de incapacitação é igual para os dois.

#### APLICAÇÃO DO AGENTE

O agente deve ter um sistema de aplicação de fácil manejo e não deve apresentar problemas para descontaminação. O CH, além de possuir essa característica de descontaminação rápida do ambiente, pode contar com o auxílio de descontaminantes químicos para os casos críticos na aplicação do agente, inclusive para amenizar os efeitos nas pessoas atingidas pelo gás lacrimogênio. A MERIDIONAL possui um descontaminante alcalino, denominado AGL, cujas características serão comentadas adiante.

#### ESTABILIDADE DO AGENTE

O agente deve ser estável em larga faixa de temperatura e umidade para permitir as condições de armazenamento e aplicação. Os testes realizados com o agente em condições de armazenamento e aplicação demonstraram que o mesmo é estável em uma faixa de temperatura entre 5°C e 35°C e em uma faixa de umidade entre 40% e 90%.

### ACEITABILIDADE

O agente deve ter passado por vários testes e ser tolerado satisfatoriamente pelo público. O GL-5 não tem, ao longo de sua existência, resposta negativa de qualquer comunidade, nenhuma reclamação por parte dos defensores dos "direitos humanos", nem motivo para reportagens condenatórias por parte da imprensa em geral. Seu uso e sua eficácia já estão comprovados pela utilização desse equipamento em vários Estados do país.

### AValiação DE RISCO

Para podermos avaliar o risco de utilização dos agentes químicos, é necessário que sejam esclarecidos certos detalhes sobre as grandes diferenças entre CN e CS. A concentração letal é menor com o CS do que com o CN e ainda, que o CS é mais eficiente em menores concentrações, entretanto, o CS é um agente "potente" cujos efeitos excedem aos do tradicional CN, e por essa razão deve ser empregado com maior cautela.

O CS é conhecido por produzir efeito de "pânico" no comportamento e causar perda de consciência por períodos de até 10 minutos em pessoas com problemas no aparelho respiratório ou cardíacos. O aumento da dose no CN não produz sintomas adicionais, enquanto que com o CS, aumentar os tipos de sintomas. Isto pode acarretar sequelas da pessoa atingida e que tenha sofrido algum dano físico pelo efeito do gás, levando policiais ou militares a ação penal, o que não ocorre com o uso do CN.

Contaminação do CS é difícil de remover, visto que se usado em interiores, suas partículas ficam depositadas no assobalho, teto, objetos, e quando revolvidas ficam reativadas e suspensas no ar, reduzindo novamente os efeitos de contaminação. Não existe nenhum estudo científico com o CS, para avaliar os riscos futuros e este fato pode pesar na escolha do agente.

### USTO EFETIVO

O custo do agente químico deve ser compatível com os recursos das forças e por essa razão, mais uma vez, o CN tem a vantagem sobre o CS, uma vez que toda matéria-prima necessária para a sua fabricação

ção é largamente encontrada no Brasil, enquanto que para a CS parte da matéria prima é importada.

Entre todas as alternativas de armar eficientemente as polícias os gases lacrimogênicos, além de outras vantagens, são os de menor custo, tratando-se de armamento individual de defesa, controle de pequenos tumultos e ações especiais.

## VI - EFEITOS NA PESSOA HUMANA - DESCONTAMINANTES

### EFEITOS DO CN E CS SOBRE PESSOAS HUMANAS

Faixa de concentração mg/m <sup>3</sup>	EM 30 SEGUNDOS			
	CN		CS	
	Nº de homens no recinto	Sentindo claramente intolerável	Nº de homens no recinto	Sentindo o Agente intolerável
de 2 a 10	4	0	15	2
de 11 a 20	1	0	6	3
de 21 a 50	8	0	10	10
de 51 a 100	24	1	12	12
de 101 a 360	12	3	11	11

Faixa de concentração mg/m <sup>3</sup>	EM 120 SEGUNDOS			
	CN		CS	
	Nº de homens no recinto	Sentindo claramente intolerável	Nº de homens no recinto	Sentindo o Agente intolerável
de 2 a 10	4	0	15	2
de 11 a 20	1	0	6	3
de 21 a 50	8	2	10	10
de 51 a 100	24	3	12	12
de 101 a 360	12	5	11	11

Deve-se ressaltar que quando a permanência de tempo no ambiente contaminado por gás lacrimogênio tornar-se intolerável, evidenciar-se-á que a letalidade está muito próxima.

Pelo quadro acima tomamos por exemplo a concentração 21-50 mg/m<sup>3</sup>, onde o CN foi tolerado por todos os elementos expostos, embora já estivessem intoleráveis. Já o CS não foi tolerado por todos os elementos expostos, sendo necessário a evacuação dos mesmos.

## AÇÃO FISIOLÓGICA

## CARACTERÍSTICAS DOS AGENTES CN E CS

	CN	CS
Olhos	Sensação de queima e pesado fluxo de lágrimas.	Sensação de queima e pesado fluxo de lágrimas. Os olhos fechar involuntariamente.
Pele	Sensação de alfinetadas ou queima nas áreas molhadas.	Sensação de alfinetadas ou queima nas áreas molhadas. Bolha na pele em pesadas concentrações (Ct 14.000). Queimaduras de 2º grau aparecem após 14/16 hs.
Nariz	Irritação e sensação de queima.	Irritação e sensação de queima. Corrimento nasal (coriza).
Boca	Salivação	Salivação
Peito	Nada notado	Irritação e sensação de queima. Tosse e aperto no peito. Sensação de sufocação, acompanhado de pânico.
Sistema gastro-intestinal	Náuseas em altas concentrações ou exposições prolongadas.	Náuseas, vômitos, especialmente em pesadas concentrações ou em exposições prolongadas.
Sistema nervoso	Dor de cabeça	Dor de cabeça, tontura e náuseas na cabeça. Sensação de mal estar nas primeiras 24 hs. Paralisação por vários minutos em algumas pessoas.

## DESCONTAMINAÇÃO

O CS tem poder de permanência no ambiente, ou que foi aplicado muito mais prolongado do que o CN, pois, tem menor poder de volatilização, aliado ainda, a uma maior resistência aos descontaminantes químicos, carbonatos e bicarbonatos alcalinos e quaternários de amônio (ânions ativos catiônicos).

A descontaminação do CS é conseguida rapidamente, fato a sua capacidade de volatilização e sua reação frente aos descontaminantes químicos. Quanto a descontaminação dos locais, os atingidos com o emprego do gás lacrimogêneo, já existe no Brasil um descontaminante químico, denominado ALC 600, que é fabricado pela REPIDONAL, com excelentes resultados, principalmente em ambientes fechados.

Sabendo-se que a chamada doseagem média letal, para CS, do pessoal atingido é de 1.000mg/kg/m<sup>3</sup> e conhecendo-se a concentração do CS (0.5 mg de cloroacetofenona), chegamos à conclusão que, para atingirmos a doseagem média letal seria necessário utilizarmos (em ambiente totalmente fechado) 1 tubo de gás para cada m<sup>3</sup>. Assim sendo, num quarto sem ventilação, de 5m x 4m x 3m, portanto, com 60m<sup>3</sup>, seriam necessários 60 "containers" de 0.5 descorredores, para atingirmos a doseagem média letal. É evidente que jamais seria lançado tanto gás de arítmico num ambiente tão pequeno. Outro fator é que as pessoas não conseguiriam permanecer naquele ambiente por mais de 10 minutos. Sabendo-se de outro exemplo, isto é, num caso extremo, estaria a aplicação de 20 "containers" de 0.5, para que a pessoa fosse curada.

## VII - EMPREGO DOS AEROSÓIS LACRIMOGÊNICOS

Como vimos até aqui, dentre os agentes lacrimogênicos o CN (cloroacetofenona) leva vantagem sobre os outros, por ser muito mais volátil, possuir a característica de aceitar descontaminantes químicos e por estar devidamente testado pelo uso continuado. Entre as vítimas de pessoas que foram expostas ao gás lacrimogêneo em Curitiba, notadamente ao CN, incluindo-se policiais em treinamento, nenhum caso fatal foi registrado até a presente data e nem mesmo caso de efeitos permanentes ocorreu. A eficiência e a segurança do emprego dos aerosóis lacrimogênicos em situações de confronto já foi demonstrada.



e a violência, resguardando assim a integridade física das pessoas submetidas ao gás.

O que parece mais importante é que está provado que nas baixas concentrações dos agentes lacrimogênicos os riscos são pequenos, podendo-se definir para os aerossóis como "ausência de perigo". O controle na aplicação do gás, isto é, dosar a quantidade de jatos emitidos pelo espargidor e ainda, sabendo-se que apenas 1 jato é suficiente para incapacitar o homem, verifica-se a inexistência de qualquer tipo de risco que possa comprometer o fator "segurança".

O gás lacrimogênico tornou-se nos últimos anos, uma das principais armas na manutenção da lei. Nos distúrbios de pequenas ou grandes proporções, em que os policiais são sobrecarregados em número, ele torna-se quase sempre o único método de controle. Quando não é utilizado, como nos distúrbios estudantis na China, fatalmente os prejuízos materiais ou o número de mortos serão muito grandes.

Toda organização policial moderna tem por obrigação estar equipada com este tipo de armamento e possuir instrutores experimentados com conhecimentos sobre gás lacrimogênico, para transmitir toda a técnica de manejo, emprego tático, efeitos fisiológicos e as devidas precauções para uso.

#### MANEJO DO EQUIPAMENTO

O GL-5, aerosol lacrimogênico, deve ser aplicado a uma distância entre 0,80m e 1,50m, pois, se aplicado a uma distância inferior, poderá fazer com que as partículas do aerosol fiquem bastante ampliadas e ao se encontrarem com o tecido da pele, tomem a forma ainda líquida, podendo causar pequenas lesões.

O GL-5 e o ACL funcionam do mesmo modo que qualquer aerosol, inclusive requerem os mesmos cuidados, ou seja, não devem ser expostos ao calor e não devem ser jogados ao fogo ou incinerados, mesmo estando a embalagem vazia.

O posicionamento mais indicado para porte, guarda ou armazenamento é com o atuador direcional colocado para cima. Este procedimento dará maior durabilidade aos componentes da válvula.

O atuador funciona na própria tampa, que, pela sua constituição, com sua cônica direcional, evita qualquer tipo de acidente. O atuador está colocado exatamente no lado oposto do lançamento do jato e...

essa dinâmica moderna, dá ao equipamento a característica de saque e aplicação rápida e consequentemente segurança no emprego.

Os espargidores podem ser fornecidos com suportes, para serem colocados nos cintos dos policiais, facilitando o seu porte.

### EMPREGO TÁTICO DOS AEROSÓIS LACRIMOGÊNIOS

Normalmente os agentes da lei enfrentam vários problemas na execução do seu trabalho. Precisa deter, desarmar e imobilizar um grupo de pessoas ou isoladamente um indivíduo malfetor. Para isso tem que evitar a violência e dispersar curiosos, com o menor perigo, inclusive para os policiais em serviço.

O uso de bastões, cassetetes ou armas semelhantes é pouco recomendável; arma de fogo já não é tolerado na maioria das cidades, exceto em casos extremos. Isto significa que o uso dos aerosóis lacrimogênicos devem constituir o principal sustentáculo daqueles representantes da lei ou controladores de distúrbios, pois, permite, além de uma ação individual, também como ação direcionada para parte de uma multidão, com o objetivo de imobilizar o líder ou agitadores profissionais. Normalmente essas reuniões são ilegais e com intento de violência contra pessoas ou propriedades.

Seguem-se situações mais comuns onde o emprego do aerosol lacrimogênio constitui a arma mais eficaz:

#### - Detenções simples

O gás lacrimogênico em aerosol só deve ser aplicado para deter pessoas detidas e que realmente estejam apresentando propensão à fuga e com sinais evidentes de agressividade. A ação resume-se na aplicação de apenas 1 jato de spray na direção do alvo, resguardando os princípios básicos para uso do equipamento.

Com o emprego do gás o policial evitará a luta corporal e direta, não havendo a necessidade do uso de cassetete ou arma de fogo.

#### - Pequenos distúrbios

São situações em que pequenas multidões se aglomeram com o objetivo de destruir propriedades ou bens materiais, obstruir o trânsito, etc. Nestes movimentos devem ser neutralizados os cabeças ou agitadores profissionais, pois, a multidão, que é a grande maioria, normalmente conforma-se com estas ações e não tem intenção de

exaltadas, não são criminosas e portanto não oferecem muito perigo. O contato corporal com a multidão resultará em desvantagem para os policiais, sendo que o emprego dos aerossóis lacrimogênicos se torna o único método razoável para controlar tais situações. Normalmente nos pequenos distúrbios não cabe por parte das polícias uma ação mais ostensiva, com o uso de bombas ou outros petrechos, entretanto, um pequeno grupo de policiais tem treinado, a fim de se constituir na principal força para essas emergências. Os grupos de choque poderão iniciar uma ação utilizando apenas os lacrimogênicos aerossóis. É evidente que para os casos de maior emergência, os equipamentos utilizados serão outros, pois, os aerossóis lacrimogênicos somente servirão enquanto a aproximação for de curta distância.

#### - Criminosos entrincheirados

É freqüente criminosos armados entrincheirarem-se em edifícios ou residências, às vezes com reféns, causando enormes dificuldades aos policiais para desalojá-los. Atirar com arma de fogo na tentativa de eliminar o bandido tem trazido sérios problemas para a polícia, uma vez que muitos reféns já têm sido abatidos. Trata-se de uma alternativa muito perigosa tanto quanto uma invasão pura e simples, onde podem correr policiais, reféns e bandidos. Na verdade qualquer tentativa é perigosa, pois, não se pode prever o comportamento dos bandidos. Uma coisa pelo menos é saliente, que o gás lacrimogênio pulverizado e disparado por qualquer artilharia, pode contaminar toda uma área interna, desde que haja comunicação entre os cômodos. O efeito do gás lacrimogênio será imediato, causando um enorme desconforto para as pessoas que estiverem nessas áreas contaminadas; a primeira sensação será a de procurar o ar fresco, o que poderá ocasionar uma rápida rendição do bandido sem causar danos físicos a ninguém.

#### - Presídios

A maioria dos presídios nos Estados Unidos possui em suas instalações sistemas de controle de motins, com gás lacrimogênio. Esses modernos sistemas consistem de equipamentos e estruturas controlados por interruptores, localizados em pontos estratégicos, como as

do alcance dos presidiários.

No Brasil o sistema funciona manualmente através dos aerossóis lacrimogênicos, mais indicados para essas operações onde o ambiente é fechado. O GL-5 fabricado com CL (cloroacetofenona) tem uma volatilização muito rápida e por essa razão o processo de descontaminação do ambiente é efetuado com mais eficiência, permitindo que os presos sejam evacuados, um por vez, e reconduzidos às suas celas sem que a concentração do gás possa provocar qualquer tipo de lesão, além daquela inatibilização temporária prevista, com a perda da acuidade visual e ligeira irritação dos brônquios. A LEPIDOLAL fabrica, além do GL-5, o neutralizante alcalino para amenizar o efeito do gás lacrimogênio (CN), possibilitando a descontaminação dos ambientes e das próprias pessoas atingidas. Os agentes penitenciários devem saber que em ambientes fechados a permanência do gás é de aproximadamente 45 minutos e que a tendência é de se manter até a altura de 2,00m, pois, as partículas do gás são mais pesadas que o ar. Essa é uma das razões porque os aerossóis lacrimogênicos podem ser lançados do alto, estando o alvo localizado em áreas ten abaixo do local de lançamento.

#### EFEITOS FISIOLÓGICOS

No capítulo "Efeitos na Pessoa Humana" encontramos o quadro "Ação Fisiológica" onde são apresentadas as características comparativas dos agentes CL e CS.

Na concentração utilizada pelo GL-5, os efeitos fisiológicos são enfatizados pelo distúrbio temporário da visão, obrigando o indivíduo a piscar intermitentemente. Se o gás for aspirado (via oral) causa ardor na língua e irritação dos brônquios. Os efeitos poderão ser mais ou menos intensos dependendo da sensibilidade de cada pessoa ou da concentração do produto no ar. Pessoas de tez clara são mais sensíveis ao produto.

#### PRECAUÇÕES

Alguns cuidados devem ser tomados quanto à aplicação do gás lacrimogênio em aerosol, especificamente em relação ao ambiente:

Em ambientes abertos a propagação do gás varia em função da ventilação do local, podendo sua ação específica chegar a 5 minutos. Em re-cintos abertos o Policial deve estar atento à direção do vento, vis-to que o Jato é pulverizado e pode ser desviado do alvo, com efel-tos não desejados. Em outras situações pode ocorrer que o gás atin-ja o próprio militar ou seu companheiro, além de pessoas inocentes que porventura estejam no local. Essa é uma das razões importantes para que o Policial em serviço conduza no cinto ou na viatura um tu-bo de AGL (neutralizante alcalino).

Quanto a ambientes fechados o índice de permanência é de 45 minu-tos, sendo que após a sua aplicação o local deve ser evacuado e des-contaminado com o auxílio do descontaminante químico. Para que o Po-licial possa penetrar em ambiente contaminado pelo gás lacrimogê-nio, deve aplicar o descontaminante químico nas áreas que o circun-dam e na direção do seu deslocamento. O descontaminante pode ser aplicado diretamente sobre a pessoa atingida e sua ação química es-pecífica é a neutralização dos efeitos do cloroacetofenona e um cu-tro componente visa uma terapia sobre a pele, com efeito hidratante. Sendo o cloroacetofenona uma substância química, deve ser usado com precaução, para somente causar o efeito desejado e não o de pro-vocar danos ao indivíduo. Embora o cloroacetofenona do CL.5 seja classificado como Produto Químico Agressivo (PQA), ele não é letal e é de baixíssima toxidez, quando não ingerido.

## FICHA TÉCNICA

	GL 5	AGL
INDICATIVO MILITAR	CN	Não controlado
OBJETIVO	Incapacitação por processo químico não letal	Descontaminação do agente lacrimogênio.
COMPOSIÇÃO	Cloroacetofenona em solvente clorado e hidrocarboneto sob pressão	Alcool superior e solvente aquoso.
EMPREGO	Individual de porte	Individual de porte
CONSTITUIÇÃO	Tubo cilíndrico metálico de Ø 35mm e 57mm altura	Tubo cilíndrico metálico de Ø 35mm e 57mm altura
FUNCIONAMENTO	Acionamento manual Tampa-atuador e válvula de aspersão.	Acionamento manual Tampa-atuador e válvula de aspersão.
ALCANCE	Aproximadamente 3,00.	Aproximadamente 3,00
CAPACIDADE ÚTIL	80g de produto e 50 jatos de 1 segundo.	100g de produto e 50 jatos de 1 segundo
VALIDADE	Garantia de 2 anos por ação dos produtos químicos sobre a embalagem tubo de alumínio e válvula	Garantia de 2 anos por ação dos produtos químicos sobre a embalagem tubo de alumínio e válvula
EFEITO MÁXIMO	De 0 a 3 segundos	Acelera o processo para descontaminação, na ordem de 5 minutos.
AÇÃO FISIOLÓGICA	Efeito irritante sobre a visão com intenso lacrimejamento. Dificuldade de respirar; sensação de queimaduras nas áreas molhadas; duração do efeito = mínimo 15 minutos.	Anula quimicamente o efeito do agente. Não há sensação de ardência dos olhos sendo em poucos segundos
PRIMEIROS SOCORROS	Não sendo utilizado o AGL, virar para o lado do vento e manter os olhos abertos; evitar coçar os olhos atingidos; lavar os olhos com água corrente por 15 minutos; para a pele usar água corrente e sabão, removendo o gás lacrimogênio. Caso a irritação não cesse, consulte o médico.	

## PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA EMPREGO DE AEROSÓIS LACRIMOGÊNICOS

Alguns princípios básicos de utilidade àqueles que se utilizar dos aerosóis lacrimogênicos:

- a - Somente aplique o gás lacrimogênio quando se certificar que é a única maneira para resolver a situação.
- b - Somente aplique o gás lacrimogênio à distância própria para o emprego, entre 0,50m e 1,50m, observando ainda, que pessoas inocentes não sejam atingidas.
- c - Observe o número de jatos emitidos, a fim de controlar a concentração do agente químico no ambiente, fazendo com que permaneça dentro dos padrões de segurança exigidos.
- d - Se possível tome uma posição em que o vento esteja na direção do alvo desejado e lembre-se que o gás é invisível, sendo difícil determinar a sua trajetória.
- e - Certifique-se que há uma saída para todos, impedindo o confinamento das pessoas na área contaminada pelo gás, evitando que essas mesmas pessoas permaneçam no local por períodos prolongados, o que poderia agravar a situação.
- f - Se o ambiente for fechado ou com pouca ventilação, remova as pessoas atingidas pelo gás para local descontaminado.
- g - Após dominada a situação e cessados os motivos que levaram ao emprego à sua emissão do gás lacrimogênio, tomar-se obrigatória a amenização dessa situação.
- h - Mesmo tratando-se de malfeitor, bandido ou elemento altamente perigoso, preste os primeiros socorros após a aplicação do gás lacrimogênio, pois, dessa forma o policial estará agindo de maneira repressiva porém humana, reduzindo o efeito do gás.

FONTES DE CONSULTA

TOXICOLOGIA .....	Editorial Board Great Britain
REAÇÕES QUÍMICAS NAS NITRILAS .....	Reactions of alpha and beta unsaturated nitriles - CARSON and STOUGHTON
AGENTES QUÍMICOS .....	CH - Cloroacetofenona e CS - crotocil robenzalmalononitrila. Notas da ESit Escola de Instrução Especializada Secção 3 - Guerra Química
OUTRAS CONSULTAS .....	Agentes Químicos - Divisão de Relações de Comunicação - Missão Inter-Americana na de cooperação Econômica e Técnica no Brasil - Conselho SIA

MERIDIONAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA

Endereço: Rua ...  
Cidade: Curitiba, PR



ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
COMANDO - GERAL

Of. n.º 0509/93 - Gab CG

CURITIBA, PR, 06 de setembro de 1993

Do Comandante Geral da PMPR

Ao Exmº Sr ALGACI TÚLIO

DD. Deputado Estadual

Assunto: Restituição de documento.


Anexos: -Of nº 02/93 - C.S.P.;

-Informação s/nº - 4ª Seção/EM/PMPR.

Senhor Deputado Estadual:

Através do presente, restituo à V.Exª. documentação oriunda dessa Presidência da Comissão de Segurança Pública, juntada a Informação s/nº da 4ª Seção/EM/PMPR, para vosso conhecimento, referente ao Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do Sr Dep Est FLORISVALDO FIER.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a V.Exª. protestos de elevada estima e distinguida consideração.

  
MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, Cel QOFM  
Comandante Geral PMPR



PMMPR

EM

4ª SEÇÃO

CURITIBA, Pr, 01 SET 93

Informação

Do Ch da 4ª SEÇ/EM

Ao Sr Ch do EM

Assunto: Considerações ao Projeto de Lei  
Nº 198/92Ref.: Ofício nº 02/93-C.S.P., datado de  
18 Ago 93.

A matéria tratada pelo Projeto de Lei nº 198/92, no que se refere à competência para legislar está bem explicitada nos PARECERES da Comissão de Constituição e Justiça, datado de 13 Out 92 e no da Comissão de Finanças datado de 28 Out 92.

Quanto ao uso de **AGENTES QUÍMICOS**, a **PORTARIA Nº 084 EME** (Estado Maior do Exército), de 24 Set 69, a qual temos como parâmetro para fins de instrução e adestramento, assim trata do assunto:

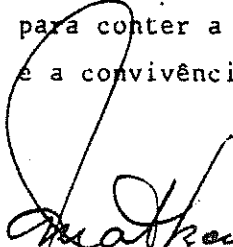
"O gás é a arma mais humana e eficiente para por fim aos distúrbios e dissolver multidões. Dever-se-á sempre recorrer a esse meio antes do emprego de meios mais violentos". (grifo nosso).

"O emprego de gases para o controle de distúrbios é um método eficiente e humano, quando se deseja que a multidão se torne ineficiente fisicamente, por um período limitado de tempo, a fim de que a autoridade se imponha sobre os agitadores". (grifo nosso).

Como se observa no texto acima, assim como em situações já vivenciadas pela Corporação em seu dia a dia, o uso de agentes químicos é imperioso para evitar a utilização de meios mais violentos como armas de fogo. Justifica-se o emprego, na proteção de vida humana ameaçada, assim como na preservação da propriedade pública e privada, proteção a autoridades constituída etc..., quando seriamente ameaçadas.

O emprego de agentes químicos serve também para controlar rebeliões em presídios, desalojar criminosos em geral, preservando-lhes a vida e protegendo a população ordeira.

Tem-se observado através da Imprensa televisada que, países do 1º mundo também fazem uso de **AGENTES QUÍMICOS**, para conter a violência urbana de modo geral, quando esta ameaça a ordem pública e a convivência harmoniosa da Sociedade.



IVO MATKOWSKI, Maj. QOPM

Resp. p/Chefia da 4ª SEÇ/EM

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 198/92

P A R E C E R:

O plano de lei recebeu pareceres contrários na C.C.J. e na Comissão de Segurança Pública.

Cabe, entanto, as seguintes ponderações:

1) Efetivamente, é da competência privativa da União, na forma do Art. 22, XXI, da Constituição Federal legislar sobre normas gerais e organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização de polícias militares e corpos de bombeiros militares. (Grifos nossos).

Logo, é inconstitucional a matéria exclusiva de outro nível de governo. A questão em pauta, também vem disciplinada no Decreto 64.710, de 18 de junho de 1969; Decreto Lei n° 2.010, de 21 de janeiro de 1983 e no Decreto Lei 667 de 02 de julho de 1969.

2) No que tange, por outro lado, à Polícia Civil, entendemos, que a pretensão não esbarra em nenhum óbice constitucional, legal, regimental ou de técnica legislativa. Somos por consequência, de parecer favorável, à aprovação no âmbito somente da Polícia Civil.

É o parecer, "Sub Censura", na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.10.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI N° 198/92

P A R E C E R:

Art. 1° - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil, bem como de empresas de segurança ou vigilância em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2° - O integrante da Polícia Civil que descumprir a presente lei, seja autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração. Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, à mesma será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do Policial Civil, autor ou responsável pela ordem e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput".

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

Curitiba, segunda, em 06.12.93

posições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 198/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, tem por finalidade proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral, por parte dos integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Paraná, e dá outras providências.

Não se pode negar que o nobre Deputado tem toda razão, e é merecedor de total apoio da população, ao tentar proibir o uso destes materiais perigosíssimos em nosso Estado. Acontece porém, que a Constituição Federal é clara ao dizer que a competência para a matéria é exclusiva da União, como já disse a Comissão de Constituição e Justiça.

Diante o exposto, de acordo com a Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer é contrário, opinando-se pela rejeição do projeto ora em questão.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

EMENDA À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
DE PLENÁRIO DE N° 01  
PROJETO DE LEI N° 198/92

Art. 1° - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2° - O integrante das Polícias Civil ou Militar que descumprir a presente lei, seja autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração. Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, à mesma será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPFPR (Unidade Padrão do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do Policial Civil ou Militar, autor ou responsável pela ordem, e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput".

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Nelson Garcia, Anibal Khury,  
Luiz Carlos Alborghetti e Toti Colaço.

#### JUSTIFICATIVA:

A competência privativa da União de que trata o artigo 22, XXI, da Constituição Federal, especificamente no que concerne a material bélico, deve ser entendida como vedação a que os Estados introduzam o uso de materiais bélicos para além daqueles previstos na Legislação Federal.

Nenhum obstáculo há, entretanto, que estabeleça o Estado limitações de acordo com suas peculiaridades. Assim é, por exemplo, que a energia nuclear, regulada pela Legislação Federal, vem limitada pelo artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná, sem que tal enseje arguição de inconstitucionalidade.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO

##### À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 198/92

#### P A R E C E R:

Trata-se de emenda substitutiva geral de projeto de lei que visa proibir - Aurélio ("impedir que se faça tornar defeso") - a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes dos Policiais Militar e Civil, bem como integrantes de empresas de segurança ou vigilância em treinamento ou operação em todo o território do Estado do Paraná.

Ainda segundo Aurélio:

"Treinamento" é adestramento;

"Operação" é manobra militar.

Pelo que se sabe somente as polícias Civil e Militar e empresas de vigilância e/ou segurança utilizam tais artefatos visando ocasiões extremas.

Ocorre que o presente projeto de lei não regula o uso de tais artefatos.

Simplesmente veda seu uso em operações e/ou treinamento.

Desta forma, realmente reveste-se de inconstitucionalidade, quer proposição, quer emendas substitutivas, data vênua, ressaltando-se apenas a louvação a seus espíritos.

Não pode o Estado do Paraná legislar sobre esta matéria da forma como foi posta.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

Apoio: Colombino Grassano, Nelson Garcia, Arlindo Troian, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Costenaro Neto, Luiz Antonio Setti, Toti Colaço e Emilia Belinati.

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 198/92

#### P A R E C E R:

Necessário se faz traçar algumas considerações sobre a Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 198/92, que visa proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral pela Polícia Civil e Militar, bem como por Empresas de Segurança ou Vigilância, em treinamento ou operação em todo o Estado do Paraná.

Naturalmente, somos contra toda e qualquer forma de violência e, a utilização de bombas de gás lacrimogêneo, não deixa de constituir-se ou configurar-se como um tipo de agressão. Todavia, é preciso considerar que, entre os meios de que podem se servir os órgãos de segurança ou policiamento civil ou militar para conter distúrbios e manifestações extremas que coloquem em risco a segurança e integridade humana, é o citado agente químico, o menos violento e danoso.

Portanto, é preferível o emprego do dispositivo em questão do que de outras armas de efeitos mais drásticos, que inclusive poderiam resultar em danos físicos de conseqüências mais graves. Analisando sob este ângulo, vemos como alternativa plausível e necessária a utilização do gás lacrimogêneo, evidentemente apenas nos casos emergenciais, em que tal procedimento se fizer extremamente requerido.

Ainda, no que se refere a ação policial ou militar, bem como de empresa de segurança ou vigilância, é entendimento desta comissão que deveria existir uma regulamentação mais ampla para a matéria. Há também um outro aspecto mais profundo, que deve ser considerado. É o que diz respeito às causas que dão origem à violência, que devem ser buscadas e analisadas, encarando-se suas implicações sócio-econômicas e culturais, pois assim se poderia suprimir de forma efetiva e real esse grave problema de nossa sociedade.

Portanto, tendo em vista os fatores expostos, é nosso parecer contrário, coerente com a manifestação anterior desta Comissão, pela rejeição também da Emenda Substitutiva Geral.

Sala das Comissões, em 12.11.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM VOTO SEPARADO, PROJETO DE LEI Nº 198/92 COM SUBSTITUTIVO GERAL

#### P A R E C E R:

O projeto de lei em questão proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. Das comissões em que passou, rece-

beu, em sua maioria, voto contrário à sua aprovação, sob fulcro de inconstitucionalidade, apesar do posicionamento contrário à agressão motivada pelo gás.

A inconstitucionalidade alegada refere-se ao entendimento de que a proposição afronta o art. 22, XXI da Constituição Federal que preconiza a competência privativa da União para legislar sobre material bélico. Acertadamente, parlamentares responsáveis pela elaboração de pareceres requereram de órgãos técnicos, entre os quais a Polícia Científica, justificativas mais aprofundadas e esclarecedoras sobre a questão, principalmente quanto ao perigo que representa a inadequada utilização do aerosol GL-5, cloroacetofenona - CN-, mais comumente conhecido como gás lacrimogêneo, e ainda do CS-ortoclorobenzalmalononitrila, outro produto que o poderia substituir.

Em resposta, o Departamento Estadual de Polícia Científica, vinculada a nossa Secretaria de Segurança Pública, municiou seus fundamentos com documentos como o "Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), publicação do Ministério do Exército, Estado Maior, edição 1965, do qual se subtrai, de forma irrefutável, de que o gás lacrimogêneo não se constitui em material bélico, mas em Produto Químico Agressivo - PQA, fazendo parte da relação de produtos controlados pelo Ministério do Exército, segundo especifica a relação às págs. 163 a 165, do citado regulamento.

Outro documento, intitulado de "Aerosóis Lacrimogêneos", sob autoria do engenheiro químico Fernando Antônio Andreatza, diretor industrial e responsável técnico pela empresa fabricante e fornecedora dos aerosóis lacrimogêneos utilizados pela nossa Polícia e Exército, a Meridional Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, além de reiterar a sua classificação como Produto Químico Agressivo (PQA), inclusive, em sua última pág. (12) antes da ficha técnica do produto, avalia os riscos e efeitos do produto sobre a pessoa humana, discorre sobre a importância de sua adequada utilização, sob pena de ser letal.

É o mais relevante, sobre a desvantagem de sua substituição por outro produto assemelhado, e, também tendo como objetivo o controle comportamental através do conhecido cientificamente como ortoclorobenzalmalonitrila, identificado pela sigla CS, igualmente um aerosol lacrimogêneo, porém, agente potente, cujos efeitos excedem aos do tradicional CN, sendo conhecido por produzir efeito de pânico no comportamento e causar perda de consciência por períodos de até 10 (dez) minutos em pessoas com problemas respiratórios ou

Curitiba, segunda, em 06.12.93

cardíacos.

Todavia, "é absolutamente necessário tanto para um como para outro agente, dosar a quantidade aplicada, a fim de não atingir os parâmetros letais" como especifica o documento em sua pág. 7 (sete) e na 8 (oito) em diante dispõe, mais especificamente sobre as dosagens médias que são capazes de matar, no espaço de um minuto de inalação.

Por outro lado, o gás lacrimogêneo - CN - tem uma aplicação útil quando utilizado corretamente, por pessoal treinado, e dentro de um fim nobre, ou seja para evitar que inocentes morram ou para conter rebeliões em presídios e criminosos entrincheirados, dispensando a luta corporal e direta, bem como o uso de bastões, cas-setetes, assemelhados, e armas de fogo. Mesmo contra presidiários e encaminhados sob efeito do gás às suas celas respectivas, devem ser tratados com neutralizantes, pois não cabe ao Estado praticar genocídio ou qualquer ato contra a vida humana.

Desta feita, como o objetivo do projeto em questão é de evitar a sua má utilização do gás lacrimogêneo, principalmente, quando em contato com a população, seja ela concentrada ou em movimento reivindicatórios, preservando-a também de outras armas químicas ou não, apresentamos a proposição abaixo, com base nos arts. 49 e 53, XI da Constituição do Estado do Paraná.

Pois estando os órgãos policiais-civil e militar subordinados ao Poder Executivo Estadual (art. 49 da CE) e tendo nossa Assembleia Legislativa competência para organizar o funcionamento desses órgãos, conforme art. 53, inciso XI da Carta Estadual, propomos emenda substitutiva ao Projeto de Lei 198/92, em lei ordinária, já que a Constituição não determina que seja lei complementar.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N° 198/92

SÚMULA: Proíbe a utilização de Produto Químico agressivo e outros, que coloquem em risco a saúde e vida da população mobilizada.

Art. 1° - Fica proibido no âmbito das Polícias Civil e Militar, bem como empresas de segurança ou vigilância, a utilização de produtos químicos agressivos - PQA - conhecido como gás lacrimogêneo, para dispersar a população concentrada em movimentos reivindicatórios, econômicos, sociais e políticos, em todo território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A proibição alcança outros produtos ou armas que venham a substituir o gás lacrimogêneo e que colo-

quem em risco a saúde e vida da população, ou ainda, que lhe venha causar qualquer dano físico, psicológico ou moral.

Art. 2º - O integrante das Polícias Civil e Militar, que descumprir a presente lei, seja autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração.

Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, a mesma será aplicada multa equivalente a 1.000 (hum mil) UPF - PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do policial civil ou militar, autor ou responsável pela ordem, e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.11.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Os movimentos reivindicatórios são expressão da democracia e como tais não podem ser impedidos.

É direito basilar da população se manifestar sobre os aspectos da vida nacional, regional e local.

Os fundamentos desta manifestação estão inseridos na própria Constituição Federal como prática do exercício de cidadania.

Para esta prática o cidadão deve ter segurança. Na teoria jurídica, como bem diz o mestre José Afonso da Silva em sua obra Curso de Direito Constitucional Positivo, 6.<sup>a</sup> edição, 1990, a palavra "segurança", assume sentido geral de garantia, proteção, estabilidade de situação ou pessoa em vários campos dependentes do adjetivo que a qualifica.

Assim, segurança pública é a manutenção da ordem pública interna.

Entretanto, "com a justificativa de garantir a ordem pública, na verdade, muitas vezes, o que se faz é desrespeitar direitos fundamentais da pessoa humana, quando ela apenas autoriza o exercício regular do poder de polícia.

"Ordem pública" será uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que venha produzido ou que supostamente possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes.

Convivência pacífica não significa isenta de divergência, de debates, de controvérsias e até de certas rusgas inter-

pessoais. Ela deixa de ser tal quando discussões, divergências, rusgas e outras contendas ameaçam chegar às vias de fato com iminência de desforço pessoal, de violência e do crime. Daí para exercer o verdadeiro papel dos representantes da ordem pública é preciso adequar a polícia às condições e exigências de uma sociedade democrática, aperfeiçoando a formação profissional e orientando-a para a obediência aos preceitos legais de respeito aos direitos do cidadão, independentemente de sua condição social".

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 198/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, tem como finalidade proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral, por parte dos integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Verificando a Legislação que trata da matéria, constata-se que a Constituição Federal, em seu artigo 22, XXI, traz o seguinte: "Compete privativamente à União legislar sobre: XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização de polícias militares e corpos de bombeiros militares" (o grifo é nosso).

Confrontando o dispositivo constitucional acima exposto, com o Projeto de Lei ora em questão, chega-se à conclusão de que o dito projeto é inconstitucional pois trata de matéria de competência exclusiva da União.

Diante do exposto, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

#### ITEM 04

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/93, que altera dispositivos da Lei Orgânica da Coordenação da Receita do Estado, visando adequar o plano de carreira dos agentes fiscais aos dispositivos constitucionais e introduzir novos mecanismos para promoção e acesso à referida carreira. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Apreciar neste turno, emenda aprovada em 2.<sup>a</sup> Discussão. Aprovado.

#### ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 439/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a implantar programa de emergência de combate à fome no Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. C.S.P., C.O. e C.E.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n° 439/93.

ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 493/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 053/93, que concede autorização ao Poder Executivo, através do Tesouro Estadual, e a Empresas sob controle Acionário do Estado do Paraná, a concessão de aval, fiança ou outras garantias a operações de crédito e financiamentos perante agentes financeiros nacionais e internacionais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 599/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 069/93, que objetiva dar nova redação ao Art. 4°, da Lei n° 10.233, de 28 de dezembro de 1992 (Taxa Ambiental). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 640/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 074/93, que autoriza o Poder Executivo a refinanciar a dívida mobiliária do Estado e os saldos devedores de operações de crédito interno de responsabilidade da administração direta e indireta do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 655/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 076/93, que autoriza o Poder Executivo a vender, mediante prévias avaliações, ações de detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.F. Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 15 (quinze), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA AO ARTIGO 2°,  
DE PLENÁRIO, DE N° 01,  
PROJETO DE LEI N° 655/93

"Caput" artigo 2° passa a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se seus parágrafos:

"Art. 2° - Os recursos com a venda das ações de que trata esta Lei serão aplicados pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, destinados a investimentos em:

- 1 - sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia;
- 2 - pavimentação asfáltica da Rodovia PRT-467 - Toledo a Quatro Pontes;
- 3 - pavimentação asfáltica da rodovia ligando as localidades de Alto Alegre a Santa Rita do Oeste, no Município de Terra Roxa;
- 4 - recursos para implantação e consolidação da UNIOESTE, nos campus de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo."

Sala das Sessões, em 02.12.93

(a) ÉLIO RUSCH

Apoio: Nelson Garcia, João Ienser, Djalma de Almeida César, João Preis, Júlio Bifon, Basílio Zanusso e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

As presentes emendas visam, a primeira em dar continuidade de investimento regular e normal no setor energético, de acordo com a demanda; a segunda e terceira na pavimentação asfáltica de duas rodovias de maior importância, dentro de uma região economicamente expoente no Estado, e que precisa urgentemente desse benefício para com maior precisão e agilidade alavancar os setores envolvidos na economia dessa região; a quarta pretende garantir recursos para que a comunidade do Oeste do Paraná tenha em definitivo a implantação e consolidação dos campus de ensino superior da UNIOESTE, esperança reiterada ao longo da existência daquela Universidade pela população ali estabelecida e que participa destacadamente do engrandecimento paranaense como um todo.

EMENDA MODIFICATIVA

DE PLENÁRIO, DE N° 02

"Caput" artigo 2° passa a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se seus parágrafos:

"Art. 2° - Os recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta Lei serão aplicados pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinados a investimentos em:

- 1 - sistema de geração, transmissão e distribuição de energia;
- 2 - construção da Hidrovia do Ivaí e Usina hidrelétrica;
- 3 - duplicação da rodovia Maringá a Campo Mourão, numa extensão de 80 (oitenta) quilômetros."

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) JOÃO PREIS

Apoiamiento: Domingos Carvalho, Nereu Alves Moura, Júlio Bifon, Eurides Moura e Élio Rusch.

## JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta visa propor recursos para a Hidrovia do Ivaí. Consideramos de importância fundamental a construção da Hidrovia, visto ser um meio de transporte reconhecidamente mais barato e seguro.

A duplicação da rodovia de Maringá a Campo Mourão é também prioridade em decorrência do fluxo de veículos que ali transitam.

Esperamos com esta propositura sensibilizar os Senhores Deputados obtendo a aprovação da mesma.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03

Seja incluído, onde couber, o seguinte:

"Nas licitações que objetivem investimentos em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, antes das vendas a que aludem os parágrafos 1° e 2°, do art. 1°, obriga-se o Poder Executivo a incluir no processo licitatório o pagamento das obras com parte em quarenta por cento (40%) das ações, sem direito a voto, de propriedade do Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamiento: Emília Belinati, Paulo Maia, Mário Bezerra e 1 ilegível.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

Seja incluído no texto do art. 1°, um parágrafo 4°, com a seguinte redação:

Art. 1° - ...

§ 1° - ...

§ 2° - ...

§ 3° - ...

§ 4° - "As operações de venda que trata esta lei deverão ser acompanhadas por 5 (cinco) membros do Poder Legislativo designados pelo Presidente por indicação dos Líderes."

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamiento: Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, Paulo Maia, Mário Bezerra, Emília Belinati e 1 ilegível.

## EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Suprima-se, na íntegra, o § 2°, do art. 2°, do presente projeto.

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamiento: Paulo Maia, Emília Belinati, Mário Bezerra e 1 ilegível.

## JUSTIFICATIVA:

Será de maior transparência a existência de lei que autorize o Poder Executivo

a proceder no orçamento as alterações necessárias para o cumprimento do art. 1° da Lei 655/93.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

AO ARTIGO 2°, DE PLENÁRIO, DE N° 06

Dê-se ao Art. 2° a seguinte redação:

"Art. 2° - Dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta lei, 65% (sessenta e cinco por cento) serão aplicados na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinados a investimentos em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia.

§ 1° - Os recursos citados no "caput" deste artigo serão contabilizados em conta específica gerida pela COPEL, denominada "Fundo de Investimentos Energéticos", até sua conversão em ações pelo Estado do Paraná em futuras subscrições e integralização de capital da COPEL.

§ 2° - 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados em obras de construção e conservação de estradas e 10% (dez por cento) em obras da Ferroeste, portuárias e de construção de casas populares.

§ 3° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo".

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

Apoiamiento: Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Arlindo Troian, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Antônio Annibelli, Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Júlio Bifon, Élio Rusch, Duílio Genari, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Costenaro Neto, Edson Silva Lino, Heinz Herwig, Nelson Garcia, Alceu Swarowski, Severino Félix, Nereu Alves Moura, Luiz Antonio Setti, Carlos Simões, Djalma de Almeida Cesar, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan, Nilton Barbosa e Eurides Moura.

## JUSTIFICATIVA:

A Emenda ao artigo 2° que se pretende seja feita é sem qualquer sombra de dúvida, de grande significado e do mais alto interesse dos paranaenses e, portanto, justifica-se plenamente, eis que, dos recursos auferidos pela venda das ações da COPEL, que certamente serão de grande monta, 25% deverão ser carreados para obras de construção e conservação de estradas e 10% para obras da Ferroeste, portuárias e de construção de casas populares, havendo assim, possibilidade de aceleração na execução dos programas.

## EMENDA INCLUSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07

Inclua-se, onde couber, a presente emenda inclusiva ao Projeto de Lei nº 655/93:

"Art.... - A venda das ações da COPEL só poderá ser realizada após a revisão da atual Constituição da República Federativa do Brasil e das normas legais que regem o modelo institucional de concessão e da política tarifária do setor energético.

Sala das Sessões, em 06.12.93

(aa) ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

Apoioamento: Emilia Belinati e Paulo Maia.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Artigo Único - Inclua-se onde couber:

"Art.... - Fica destinado 5% (cinco por cento) da venda das Ações da COPEL para a Secretaria Especial da Habitação com o objetivo de construir casas próprias para população de baixa renda.

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) RENATO ADUR

Apoioamento: Domingos Carvalho, Djalma de Almeida César, Eurides Moura e Toti Colaço.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 09

O artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Os recursos obtidos com a venda das ações que trata esta Lei serão aplicados pela Companhia de Energia - COPEL, nos seguintes investimentos:

- 1 - sistema de geração, transmissão e distribuição de energia;
- 2 - transferência para a Secretaria de Segurança Pública - FUNRESPOL, no percentual de dois (02%) por cento, para aquisição de equipamentos;
- 3 - transferência para a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, no percentual de quatro (4%) por cento, para compra de equipamentos destinados à faixa portuária.

§ 1º - Os recursos citados neste artigo serão contabilizados em conta específica, gerida pela COPEL denominada "FUNDO DE INVESTIMENTOS", até a sua conversão em ações pelo Estado do Paraná em futuras subscrições e integralização de capital da COPEL.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo."

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo Estadual tem vários pontos cruciantes na Administração do Estado que, necessitam de imediatas providências. Dois deles, refletem constantes reclamações, em âmbitos diferentes da população do Paraná.

Curitiba, segunda, em 06.12.93

Nesse projeto de lei, tem-se a oportunidade de colaborar com investimentos para a solução de duas questões angustiantes, a falta de veículos para a Polícia Militar e ainda a "sucata" que estão os equipamentos portuários da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA, com isso iremos atender a maior reclamação dos usuários. Sobre o aspecto legal e constitucional, está dentro dos princípios legais.

#### EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

DE PLENÁRIO, DE Nº 10

O Art. 2º do Projeto de Lei nº 655/93, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta lei, 60% (sessenta por cento) serão aplicados na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinados a investimentos em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia.

§ 1º - Os recursos citados no "caput" deste artigo serão contabilizados em conta específica gerida pela COPEL, denominada "Fundo de Investimentos Energéticos", até sua conversão em ações pelo Estado do Paraná em futuras subscrições e integralização de capital da COPEL.

§ 2º - 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados em obras de construção e conservação de estradas, 10% (dez por cento) em obras da FERROESTE, portuárias e de construção de casas populares, e 5% (cinco por cento) em obras de infra-estrutura nos municípios, com prioridade para os que serão atingidos pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo."

Sala das Sessões, em 06.12.93

(a) NEREU ALVES DE MOURA

Apoioamento: Geraldo Cartário, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Erondy Silvério, Antônio Annibelli, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Eurides Moura, Rossoni, Neivo Beraldin, Domingos Carvalho, Dirceu Manfrinato, Severino Félix, Toti Colaço, Elío Rusch, José Alves, Duílio Genari, Júlio Bifon, Djalma de Almeida César, Anibal Khury, Hermas Brandão, Lourenço Fregonese e Basílio Zanusso.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Inclua-se onde couber:

"A destinação de 5% (cinco por cento) dos recursos obtidos com a venda das ações em obras de infra-estrutura nos municí-



prios, priorizando-se os que terão seus territórios atingidos pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias."

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

Apoio: Elío Rusch, Duílio Genari, Júlio Bifon, Djalma de Almeida César e Lourenço Fregonese.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 12

Art. 1° - O artigo 2° do texto legislativo original passa a vigor com dois novos parágrafos:

§ 3° - Mediante autorização legislativa, o Poder Executivo poderá utilizar, nos planos, programas e projetos governamentais, os recursos do Fundo de Investimentos Energéticos instituído nesta Lei, devendo tal utilização ser lançada em livro próprio da COPEL como crédito junto ao Tesouro do Estado.

§ 4° - O ressarcimento pelo Tesouro do Estado ao Fundo de Investimentos será processado de acordo com as necessidades reais da COPEL de investimentos em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, sujeitos os valores de crédito à cláusula de atualização monetária e juros de 6% (seis por cento) ao ano."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

((a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Nereu Alves de Moura, Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Eurides Moura e Dirceu Manfrinato.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda ao Projeto de Lei n° 655/93 objetiva, a um só tempo, manter íntegros os recursos do setor de energia do Estado e viabilizar a consecução dos demais planos, programas e projetos governamentais.

Como se sabe, os investimentos energéticos são em geral expressivos, mais realizados com cronogramas físico-financeiros de médio e longo prazos.

Ora, os recursos que deverão resultar de alienação de parte das ações da COPEL de que são titulares o Estado do Paraná e o Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE são de tal ordem que o Fundo de Investimentos Energéticos poderia transformar-se em conta de especulação no mercado financeiro, não fosse a previsão legislativa de sua alocação, em caráter oneroso, para outros setores da Administração Estadual.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 13

O artigo 2° do Projeto de Lei n° 655/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - Os recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta lei serão integralmente aplicados na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinados conforme se segue:

- I - Investimentos em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia;
- II - Melhorar a infra-estrutura das vias de transporte rodoviário, executando a pavimentação de:
  - 37 quilômetros, ligando Toledo a Quatro Pontes;
  - 30 quilômetros, ligando Toledo a São Luiz D'Oeste e Jotaesse;
  - 40 quilômetros, ligando Iguaçu a Braganey e Braganey a Campo Bonito;
  - 58 quilômetros, ligando Santa Tereza do Oeste a São Pedro do Iguaçu e a Luz Marina.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoio: Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Nereu Alves de Moura e Nelson Garcia.

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de trechos rodoviários que interligam municípios e regiões altamente produtivas, com suas respectivas populações trabalhando a terra por longos anos, gerando riquezas para o Estado.

Com seu trabalho vêm contribuindo para o enriquecimento do Paraná, cujas divisas produzidas já pagaram há muito os valores equivalentes aos poucos quilômetros de pavimentação de rodovias, que há muito reivindicam, para somente lhes garantir melhores condições e garantias de escoamento de sua produção.

Justo é aplicar recursos da venda de ações da COPEL - Companhia dos Paranaenses, construída com trabalho de todos - em rodovias.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 14

O Artigo 2° e seus parágrafos, do Projeto de Lei n° 0655/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - Os recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta lei, serão aplicados 92% (noventa e dois por cento) na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinado a investimentos em sistema de geração, transmissão e distribuição de energia e, os restantes, 8% (oito por cento) serão aplicados pelo Governo do Estado, na execução do Programa de Controle, Combate e Recuperação de Áreas Erodidas Urbanas, na região noroeste do Estado.

§ 1° - Os recursos citados no "caput" deste artigo, no que se refere aos recursos da COPEL, serão contabilizados em conta específica gerida pela Empresa, denominada "Fundo de Investimento Energéticos",

até a sua conversão em ações pelo Estado do Paraná em futuras subscrições e integralização de capital da COPEL.

§ 2º - Os recursos citados no "caput" deste artigo no que se refere a aplicação no Programa de Controle, Combate e Recuperação de Áreas Erodidas Urbanas, serão gerenciadas pela Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto no "caput" deste artigo.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(aa) NELSON GARCIA e NILTON BARBOSA

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Élio Rusch, Basílio Zarusso e Duílio Genari.

SUBEMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA  
DE PLENÁRIO DE Nº 15

Dê-se ao § 2º do Artigo 2º, a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

§ 2º - 25% (vinte e cinco) por cento serão aplicados em obras de construção e conservação de estradas, incluindo a pavimentação da Estrada Boiadeira, e 10% (dez por cento) em obras da FERROESTE, portuárias e de construção de casas populares.

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoio: Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Nelson Garcia, Luiz Henrique Bona Turra, Júlio Bifon, Eurides Moura, Antônio Annibelli, Edson Silva Lino, Costenaro Neto, Oswaldo Trevisan, José Alves e Duílio Genari.

O mesmo será encaminhado às Comissões, à Comissão de Justiça.

ITEM 10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 081/93, que dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito em rodovias sob jurisdição estadual deverão ser recolhidas diretamente ao DER/PR, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 667/93

Acrescenta parágrafo, ao artigo 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

Parágrafo ... - 50% (cinquenta por cento) da arrecadação contida nesta lei,

Curitiba, segunda, em 06.12.93

será destinado ao Município, onde se encontrar a balança de pesagem, local onde ocorreu a infração."

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Duílio Genari, Severino Félix, Hermas Brandão, Domingos Carvalho.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acrescenta parágrafo, ao artigo 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

Parágrafo ... - 20% (vinte por cento) da arrecadação contida nesta lei, será destinado ao Município, onde ocorreu a infração."

Sala das Sessões, em 06.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Duílio Genari, Domingos Carvalho, Severino Félix, Hermas Brandão.

O Projeto será encaminhado às Comissões Competentes.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que dispõe sobre recursos provenientes do sistema de estacionamento regulamentado (ESTAR), conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 88, de 30.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 323/93

P A R E C E R:

Propõe o autor, projeto de lei que dispõe sobre recursos provenientes do Sistema de Estacionamento Regulamentado - ESTAR, conforme específica.

Objetiva reverter do produto da arrecadação de multas decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, nas localidades do Estado onde se ache implantado na proporção de 25% aos Municípios, 25% ao Conselho de Segurança e 50% ao Estado.

Os recursos provenientes de multas, ingressam no Tesouro do Estado, entretanto constituem receita do FUNRESTRAN, conforme o estabelecido na Lei nº 6.264, de 10 de outubro de 1972, o qual deverá proporcionar recursos financeiros para reequipamento ao DETRAN e PMPR.

Entretanto, não há dispositivo legal que proíba a alteração da norma vigente.

Após análise constitucional legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 323/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, dispõe sobre recursos provenientes do Sistema de Estacionamento Regulamentado (ESTAR).

Após analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Esta Comissão, no seu âmbito, nada encontrou que possa obstar a normal tramitação do Plano de Lei em apreço, razão pela qual opina pelo seu encaminhamento à soberana decisão do Plenário.

Sala das Comissões, em 17.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

**Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Para discutir, nobre Presidente.

Quero aqui comunicar que esse projeto, do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, existe projetos nas mesmas condições e da mesma forma correndo dentro da Casa, projeto de minha autoria e passou pelas Comissões com parecer positivo e agora vi na Ordem do Dia.

Então, peço que seja retirado de votação, para que eu possa discutir com o Deputado, porque já existe um mesmo projeto com data bem anterior a este.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Foi votado em 1.ª discussão, Deputado.

O Senhor poderá requerer isso em segunda votação, poderá inclusive solicitar a anexação do seu projeto ao projeto do Deputado Luiz Carlos Zuk.

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dispõe sobre a destinação, aos não fumantes, de no mínimo 50% do total dos lugares de restaurantes, lanchonetes e assemelhados localizados no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 101, de 29.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 352/93

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que "dispõe sobre a destinação, aos não fumantes, de no mínimo 50% do total dos lugares de restaurantes, lanchonetes e assemelhados, lo-

calizados no Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 352/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, que dispõe sobre a destinação, aos não fumantes, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total dos lugares de restaurantes, lanchonetes e assemelhados, localizados no Estado do Paraná.

O presente foi submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável.

Nos limites de competência desta Comissão o referido projeto só tem a acrescentar, pois tem a pretensão de zelar pela saúde física dos cidadãos deste Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 381/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no pólo educacional do Município de União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., C.A.I.C. e C.O.P.T.C.. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 106, de 09.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 381/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Antônio Annibelli, o Projeto de Lei n° 381/93, tem por finalidade autorizar a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no pólo educacional do Município de União da Vitória.

Da análise do referido projeto, em razão de tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 381/93

P A R E C E R:

Não obstante o poder de iniciativa seja do Executivo, sendo a matéria meramente autorizatória e consultar os altos interesses da Educação e do Ensino, somos de parecer favorável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 18.08.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 381/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, tem por finalidade autorizar a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no pólo educacional do Município de União da Vitória.

A matéria já foi devidamente analisada pelas duntas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação que através de seus respectivos relatores ofereceram parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 381/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o Projeto de Lei n° 381/93, visa autorizar o Poder Executivo, a criar o Colégio Agrotécnico Domingos Forte, bem como a sua instalação no Pólo Educacional do Município de União da Vitória, e autoriza também a acolhida de outros cursos e disciplinas para o aperfeiçoamento das novas gerações rurais.

Analisando o referido projeto de lei, verificamos estar o mesmo dentro das normas regimentais e constitucionais, por tratar-se de matéria meramente autorizatória, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 413/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola Esta-

Curitiba, segunda, em 06.12.93

dual - Ensino de 2° grau, no Município de Ibaiti. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 111, de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 413/93

P A R E C E R:

O plano de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola Estadual Ensino de 2° Grau, no Município de Ibaiti.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da Proposição, ressaltando-se o caráter meramente autorizatório da mesma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa.

Assim sendo esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela apreciação da matéria em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,

CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 413/93

P A R E C E R:

O plano de lei logrou parecer favorável da C.C.J.. Não obstante o poder de iniciativa seja do Executivo, sendo a matéria meramente autorizatória e consultar os altos interesses da Educação e do Ensino, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.10.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 413/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 413/93, visa autorizar o Poder Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola Estadual, Ensino de 2° Grau, no Município de Ibaiti. O projeto de lei em questão já conta com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Esportes, que já procederam à análise constitucional, legal e regimental da Proposição, e esta Comissão nada encontra também, que possa impedir a sua normal tramitação, e por isto dá o seu parecer favorável para sua normal tramitação por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

## ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 565/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E.C.E. e CONTRÁRIO da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 131, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 565/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o Projeto de Lei n° 565/93, tem por finalidade dispor sobre a aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências.

Da análise do referido projeto, o mesmo é inconstitucional por vício de iniciativa, face ao que dispõe o Artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual, que ora:

"Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

Inciso II - Servidores Públicos do Poder Executivo, sem regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva."

Diante do exposto, opinamos contrariamente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI N° 565/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente plano de lei, dispõe sobre a aposentadoria de professores da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências.

A referida proposta foi analisada pela dita Comissão de Constituição e Justiça recebeu desta parecer contrário, considerando a medida inconstitucional por vício de iniciativa, face ao que dispõe o Art. 66, inciso II da Constituição Estadual.

Esta Comissão no âmbito estritamente da Educação e não só no aspecto da legalidade e isonômico, mas se restringindo ao que tange à Justiça, manifesta-se favoravelmente a aprovação da medida.

Isto posto, nosso parecer é favorável a aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93.

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente

SEVERINO FÉLIX - Relator

## ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 712/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que objetiva criar na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado os cargos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 170, de 01.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 712/93

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado tem por objetivo criar na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, os cargos que especifica.

Chamada esta Comissão a opinar, não encontramos nada que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável pelo encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Participo ao nobre Deputado que já foi aprovado, e o Senhor terá condições de encaminhar por ocasião da 2.ª discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero registrar o voto contrário da Bancada do PT ao item 16 da pauta, Projeto de Lei n° 712/93, que cria 64 cargos junto ao Tribunal de Contas. As informações que temos é que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná vem extrapolando, já, os limites fixados no Orçamento do Estado. E agora se propõe a contratação de mais 64 assessores, a maioria de nível superior, cargos em comissão, constituindo-se um verdadeiro trem da alegria, entrando na contramão de todo o processo de racionalização e enxugamento da máquina pública.

O Estado do Paraná, como os demais Estados da Federação, o País e os municípios, de um modo geral, vêm enfrentando problemas financeiros os mais graves, dificuldades, e nós vemos que aparentemente o Tribunal de Contas é uma ilha de fartura dentro da estrutura do Estado paranaense.

Então, queremos registrar o nosso voto contrário à criação destes cargos. Entendemos que é inoportuna a criação dos mesmos, especialmente a criação de 4 cargos simbologia DAS-2, que são cargos em comissão e assessoramento. E entendemos que o Tribunal tem pessoal suficiente para dar

conta de suas atribuições, deve o Tribunal modernizar os seus mecanismos de fiscalização. Pode o Tribunal informatizar aquela instituição para melhor poder fiscalizar as estruturas do poder público paranaense, e não necessitaria se socorrer na criação de mais 64 cargos. Isso, sem contar no remanejamento ou na reciclagem de diversos servidores que poderia ser feita por aquele órgão, para atender à demanda atualmente existente.

Então, registramos, Senhor Presidente, o voto contrário da Bancada do PT ao item 16, Projeto de Lei nº 712/93.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado, Senhor Deputado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4830, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4831, de autoria dos Srs. Deputados Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Anibal Khury e Júlio Bifon, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4832, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4834 e 4835, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4836, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4838, 4839 e 4840, de autoria do Sr. Deputado Namir Piancentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4841 a 4843, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço,

Curitiba, segunda, em 06.12.93

constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4845, de de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4847, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Srs. Deputados Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4848 e 4849, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4850 e 4851, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4853, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - das Proposições nºs 061/93 e 084/93.
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/92.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 323, 352, 381, 413, 565 e 712/93.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233, 715 a 719, 721 a 724/93.

Levanta-se a sessão.